

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 211 • agosto de 1986 • Cz\$ 6,00



Terra é mais que
um pedaço de chão

A equipe da CPT Diocesana de Caxias (MA), às 12 horas do dia 10/6/86, foi avisada de que no lugar conhecido como "Cascudo" ou "Bebedouro" estava sendo realizado o despejo das famílias de posseiros ali residentes que desde 1977 vêm resistindo em suas posses.

De imediato a equipe se deslocou até a área verificando os seguintes fatos:

1) Encontravam-se no local os indivíduos Fernando Tavares de Sá e Raimundo Batista, acompanhados dos oficiais de justiça Juvenal e Manoel Cardoso, um contingente policial composto de onze PMs armados com fuzis, revólveres, escopetas e metralhadoras, um caminhão com ferramentas para a derrubada das casas, uma caminhonete e nove ajudantes com o objetivo de despejar as citadas famílias — no total de 53 crianças e 36 adultos.

2) O mandato de manutenção de posse, datado de 23 de dezembro de 1985 e cumprido nesta data evidencia a facciosidade dos serventuários da justiça que tem o prazo de trinta dias para cumprir um mandato e recolhê-lo ao cartório.

Considera-se ainda a ausência do mantido dr. Floriano Tavares de Sá, gerente da Itaporanga Agricultura e Pecuária Ltda., autora da ação, cuja sen-

tença foi proferida em 22 de novembro de 1985.

3) Questionando o oficial de justiça sobre a ausência do representante da autora, a equipe foi grosseiramente interrompida por Fernando Tavares de Sá e Raimundo Batista, respectivamente irmão e cunhado do dr. Floriano, para entregar a terra ao irmão dele que estava ali presente e que, de revólver na cintura, se dizia agente de polícia. Este, imediatamente, declarou poder fazer o "serviço" de despejo das famílias ameaçando prender os lavradores que não aceitaram assinar o mandato, vista não reconhecer o dono.

Contando com a polícia à sua disposição, Fernando Tavares de Sá só não executou as suas ameaças em virtude da interferência da equipe da CPT e do oficial de justiça Juvenal, que esclareceu não ter recebido ordem nenhuma de despejo e sim de manutenção de posse.

Vista a firmeza dos lavradores, após terem ameaçado os mesmos e a equipe, foram-se embora debochando, proferindo expressões de baixo calão e afirmando que coisas piores viriam.

A CPT Diocesana de Caxias pede encarecidamente às autoridades que tomem providências urgentes e cabíveis para

evitar graves, sérias e lamentáveis consequências.

**Comissão Pastoral da Terra
Diocese de Caxias
Caxias (MA)**

Há bastante tempo que ouço bons comentários sobre os trabalhos e as publicações do CEDI, principalmente da revista "Tempo e Presença".

Gostaria de receber alguns dados sobre o CEDI e suas publicações, e como fazer para recebê-las.

**Paulo Fernandes Keller
Praia do Campeche
Florianópolis (SC)**

Estão de parabéns pelo conteúdo da Revista e sua apresentação.

Grato pelo serviço.

**D. Waldyr Calheiros
Bispo de Barra do Pirai-Volta Redonda
Volta Redonda (RJ)**

Solicito uma cópia do "Dossiê Constituinte". A nossa Open (Ordem dos Pastores Evangélicos de Natal) tem se interessado muito pelo assunto, graças ao volume de informações que o Cedi tem fornecido. Sou grato pelo trabalho de vocês.

**Rev. Roberto Bittencourt Junior
Presidente da Open e pastor da Igreja Presbiteriana Central.
Natal (RN)**

tempo e presença

**Revista mensal
do CEDI
Agosto de 1986**

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Bezozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. nº 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

**Diagramação e
Secretaria Gráfica**
Marco Antonio Teixeira

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

Preço do exemplar avulso: Cz\$ 6,00

II ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO LATINO AMERICANO DE IGREJAS

Indaiatuba (Itaici), SP-Brasil. 28 de outubro a 2 de novembro de 1988

**Tema: IGREJA:
A CAMINHO DE UMA ESPERANÇA SOLIDÁRIA**



**Informações : Secretaria Regional para o Brasil
C. P. 55.202. 04799 - São Paulo - (011) 523-9622**

ÍNDICE

Terra

- 4 CAMINHOS DA
ANTI-REFORMA AGRÁRIA
Ivo Poletto

- 8 CUT E O MOMENTO
DA REFORMA AGRÁRIA
Leandro Lamas

- 11 A URGÊNCIA
DA REFORMA AGRÁRIA

- 12 AMAZÔNIA:
GRILAGEM E VIOLÊNCIA
Lúcio Flávio Pinto

- 14 TRABALHO ESCRAVO
NO BRASIL HOJE
Neide Esterci

- 18 CANAVIEIROS DO NORDESTE:
TRAJETÓRIA DE LUTAS
E DESAFIOS ATUAIS
Regina Célia Reyes Novaes

- 21 DEUS ACAMPÔU
ENTRE OS POBRES DA TERRA
José Lourenço Pechtol

Rubem Alves

- 22 MINHA HORTA, MEU ALTAR

Bíblia Hoje

- 24 UMA TERRA BOA (Êx 3.8)
Milton Schwantes

Constituinte

- 27 A NOVA ORDEM CONSTITUINTE
E A PROPRIEDADE DA TERRA
Maria Angélica Gentile

América Latina

- 29 CRÔNICAS DE UMA TRAGÉDIA
QUE PODIA SER EVITADA

- 31 AINDA HÁ TEMPO
Gustavo Gutiérrez

Debate

- 32 HÁ TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO
NA ÁSIA E ÁFRICA?
Enrique Dussel

África do Sul

- 37 JOVENS SE SOLIDARIZAM
COM O MOVIMENTO DE
LIBERTAÇÃO

- 38 DÉLCIO: PERDE-SE UM
COMPANHEIRO

Livros

- 39 A IGREJA E A QUESTÃO
AGRÁRIA
Neide Esterci

“Terra é mais que um pedaço de chão”

A questão da terra no Brasil tem significado muito mais amplo do que seus aspectos meramente econômicos. Não se trata simplesmente de se assentarem no campo umas tantas mil famílias.

Luta-se por princípios básicos de respeito à condição humana e aos direitos à cidadania dos trabalhadores brasileiros. De fato, se por um lado os pequenos produtores que reivindicam terra merecem que a eles se estenda o direito de propriedade, por outro lado, a luta sem trégua dos assalariados do campo revela que o arbítrio, a violência e o descumprimento sistemático das leis trabalhistas estão diretamente relacionados ao monopólio do poder que decorre da concentração desmedida da propriedade da terra.

Essa questão não se resolve trocando os ministros da reforma agrária, ou fazendo-se tímidas desapropriações. Ela questiona a própria estruturação da nossa sociedade. Precisa, pois ser projeto de um governo, que tenha realmente compromissos com a classe trabalhadora do país e não se subordine aos interesses dos grupos dominantes.

Os lavradores e os operários já perceberam isso e estão cada vez mais se organizando e se mobilizando para exigir do Estado medidas mais radicais e urgentes de encaminhamento dessa questão. Já estão mesmo por iniciativa própria estruturando, nos seus acampamentos, uma nova ordem social baseada na participação,

igualdade e justiça. Perceberam que esse problema é do interesse nacional, tanto daqueles que vivem no campo, como dos moradores da cidade.

Essa luta dos camponeses já lhes tem custado muito sofrimento e mortes. Mas o povo não se intimida. Ele tem consciência que está lutando pela vida, por uma causa justa e que vai ser vitorioso. O sangue dos seus mártires converte-se em semente, inspiração e esperança para essa caminhada.

As Igrejas não podem estar ausentes dessa luta. Seria uma traição aos próprios princípios do evangelho. Também não é um compromisso confessional. É, na verdade, uma ação ecumênica. Todos estão convocados para juntos, cerrar fileiras com os trabalhadores nessa árdua conquista.

Finalmente, lembramos a conclamação que os participantes do 6.º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (Trindade — 21 a 25 de julho) fizeram aos brasileiros: “esclarecidos e animados por estas reflexões, convidamos vocês todos, irmãos e irmãs, para entrarem com toda a firmeza e fé nesta luta por uma reforma agrária do povo”. E acrescentam com confiança:

“sabemos que Deus está conosco, Ele que chama Abraão para ir em busca da terra. Chama Moisés para libertar o povo do Egito e conduzi-lo para a terra onde corre leite e mel. De Jesus temos a promessa: “estarei com vocês até o fim dos tempos”. Ele disse: “coragem! Eu venci o mundo!”

Caminhos da anti-reforma agrária

Ivo Poletto

Nos anos 70, costumava-se dizer que o conflito maior acontecia entre Estado e Igreja. Foi preciso ter muita firmeza para revelar o verdadeiro conflito: o Estado confronta-se com a Nação. Nada melhor que as grandes manifestações de massa das "diretas já" para tornar visível o que a burguesia, apoiada na reacionária força militar, tentava ocultar.

A bem da verdade, contudo, vale destacar que o movimento social que melhor revelou o conflito entre Estado e Nação não foi o "diretas já"; foram as greves operárias e de outras categorias profissionais, juntamente com a teimosa luta dos posseiros e dos sem terra contra o monopólio da propriedade da terra, que revelaram a base real do conflito social no Brasil: a burguesia enfrenta-se com classes trabalhadoras cada vez mais organizadas. Falar em conflito entre Estado e Nação sem destacar a contradição prática entre capital e o trabalho pode levar a visões falsas da realidade. Havia realmente o conflito Estado/Nação na medida em que o Estado já não servia às classes dominantes para manter as relações de exploração do trabalho e, por isso, não conseguia mais escamotear ideologicamente os interesses reais em conflito.

Na mobilização popular visando a superação do domínio militar foi possível arrancar da burguesia aparentemente descontente, e por isso em aliança com as classes trabalhadoras, promessas de política social progressista, especialmente em relação ao salário e à questão da terra. A chamada Aliança Democrática prometeu realizar em seu governo — eleito indiretamente — a Reforma Agrária. Ela seria uma prática indispensável para completar o processo de democratização.

Agora, passados quase 18 meses do governo da "Nova República", fazendeiros e membros do governo voltam a apresentar o conflito existente no cam-

po como um conflito entre UDR/Igreja, ou mesmo entre Igreja/Governo. Procura-se, de novo, fazer e apresentar uma visão ideológica da realidade, escamoteando as contradições reais e promovendo os interesses das classes dominantes.

Procuraremos analisar mais atenta e objetivamente os fatos, para que nosso esforço analítico nos permita detectar as tendências políticas presentes no movimentos histórico concreto.

NÃO ESQUECER O MONOPÓLIO

Não passou muito de 100.000 os proprietários da terra com mais de 500 hectares. Mas eles detêm 56% das terras tituladas. Para que não se pense ser irreal essa informação, tenhamos presente esse dado: as 10 maiores propriedades dos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia, controlam na-

da menos que 12.800.000 ha de terra, sendo que a maior delas detém o recorde de 4.300.000 ha.

Assim sendo, menos de 1% da população controla 60% das terras do Brasil, podendo fazer nelas e delas o que desejar, mesmo nada. É esse o poder que a propriedade lhes dá, poder reconhecido e protegido pela lei: "direito de usar e abusar". A mesma lei, que teve sua primeira formulação aprovada em 1850, na "lei de terras", define a propriedade como um direito inalienável, podendo ser defendida como se fosse extensão do próprio corpo. Intocável, a propriedade seria base de nossa democracia, garantia da liberdade. A ela teriam todos igual oportunidades de acesso, sendo apenas necessário ser possuidor de dinheiro, uma vez que a lei determina que o Estado só pode



É preciso apressar o dia da libertação.

João Roberto Ripper/F4

reconhecer propriedade de terra mediante compra e venda.

A lei, que em seu texto expõe uma aparência de igualdade, produz e justifica, ao ser base da política agrária, uma terrível desigualdade social e política: o monopólio da terra. Expropriando posseiros e demais produtores independentes, amplia a massa dos explorados, podendo impor preços da força de trabalho (salários) que garantam altas e crescentes taxas de lucro. Detendo o domínio sobre a terra, os proprietários podem impor o preço da terra, através da especulação, encarecendo os custos e preços de todos os produtos. Adquirem, por fim, quase um poder de vida e morte sobre a população, podendo destinar terra para produtos de exportação, provocando carestia geral, fome generalizada.

Lembremos ainda um detalhe. Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — Sudam — e do Banco da Amazônia — Basa — abriu-se um canal legal e institucional para que a terra da Amazônia passasse ao domínio das grandes empresas capitalistas, nacionais e transnacionais. O financiamento dos projetos aprovados pela Sudam provinha de fundos originados da retenção e depósito de 50% do imposto de renda devido pelas empresas e por indivíduos. Em outras palavras: parte significativa das grandes propriedades da Amazô-

nia foram constituídas através de dinheiro público, de dinheiro destinado a atender a necessidade da população. O capital — moderno, empreendedor, desenvolvimentista — precisava, para levar o desenvolvimento a essa região atrasada, de estímulos. E estímulos adequados: certeza de novos e maiores lucros. No caso em análise, não havia nenhuma possibilidade de fracasso. No mínimo, no caso em que a produção não compensasse, restaria a propriedade da terra, e com altos preços gerados e impostos pelo monopólio. Esse “mínimo” já é tentação para capital algum botar defeito!

NÃO ESQUECER AS OLIGARQUIAS

A militarização da questão agrária, produzida nos vinte últimos anos de ditadura, gerou uma ilusão em muita gente. Pensou-se que os militares, por serem favoráveis a um política de modernização, poderiam estar em relativo conflito com os proprietários. De fato, a análise do processo revela que as forças de repressão substituíram, por algum tempo, as “tropas” dos coronéis. Com isso os coronéis se tranqui-

zaram, deixando ao Estado a tarefa de defender seus domínios. E se fosse conveniente modernizar um pouco a propriedade, para evitar sua identificação como latifúndio, lá estava o Estado pronto e generoso para oferecer fartos e subsidiados empréstimos.

Dito de outro modo, a militarização se deu em defesa do latifúndio, ainda que sob a aparência da promoção de uma política modernizadora. Ela promoveu de fato, uma modernização conservadora, mantendo e aprofundando uma estrutura agrária altamente concentradora. A existência da terra serviu como respaldo legal a essa prática política elitista e ampliadora de privilégios.

Ao serem os militares substituídos por burgueses civis, e diante da ameaça aparente do governo da “Nova República” fazer reforma agrária, ou iniciar um tímido processo de “democratização da propriedade da terra”, os antigos e novos proprietários reapareceram, dando cara nova ao antigo poder das oligarquias. Nas oligarquias tradicionais, o apoio político dado ao governo era pago pelo silêncio e conivência em relação aos atos de violência “ne-



cessários" para ampliar e garantir o poder dos coronéis sobre a terra e sobre as pessoas do lugar.

Hoje, a oligarquia rural, ao mesmo tempo que age com renovada violência ao nível local, articula-se politicamente de forma relativamente autônoma, tendo como objetivo afirmar-se como parcela decisiva da burguesia. A condição básica de sua existência, de sua participação no processo de reprodução do capital e de sua aliança com os demais setores da burguesia está na preservação do estatuto legal da propriedade privada capitalista da terra. Se ela for atingida, os oligarcas rurais perdem sua base de poder.

DE COMO NÃO SE FAZ A REFORMA AGRÁRIA

O governo Sarney, ao apresentar sua proposta de plano nacional de reforma agrária, em maio de 1985, queria, acima de tudo, produzir a aparência de que cumpria a promessa feita nas "diretas. já" e na "aliança democrática" do colégio eleitoral. Se quisesse realmente fazer reforma agrária não teria agido tão "democraticamente" como procedeu. Havia, então, a respeito da questão agrária, mais condições de agir rapidamente, "por decreto", se necessário, do que na aplicação das medidas conhecidas como "plano cruzado". Porque não o fez? E por que foi tão "eficiente" no tocante ao "controle da inflação"?

O processo real está mais claro hoje do que em maio de 1985. Lá se podia supor que o governo realmente se propunha fazer algo de reforma agrária. Tinha boa equipe e tinha necessidade de conquistar apoio popular. Mas agora, passado um ano, verifica-se que ele nunca abandonou sua aliança com os proprietários de terra. E parece decidido a não buscar apoio entre os milhões de sem terra, convencido, provavelmente, que a rearticulação das oligarquias garanta os "votos de cabresto", nos "currais eleitorais".

Vejamos os dados. De uma proposta de reforma agrária que se baseia na desapropriação de terras em todas as regiões, para assentar lá os lavradores sem terra, chegou-se a um Plano Nacional de Reforma Agrária que retoma a prioridade da colonização (chamando-a reforma agrária), o que significa deslocamentos de população para as regiões menos habitadas. De uma proposta que detectava áreas de conflito, em que se feria os direitos de posseiros e sem terra, e sugeria medidas de desapropriação de "áreas de emergên-

Nair Benedito/F4



O governo nunca elegeu os trabalhadores rurais como seus aliados na luta pela Reforma Agrária...

Ricardo Malta/F4



...e o sol não se tampa com peneira.

cia", chegou-se a um PNRA e a Planos Regionais que condicionam a definição das áreas prioritárias e dos imóveis a serem desapropriados à decisão das Comissões Agrárias, em que haverá forte ou decisiva presença e ação dos representantes dos proprietários. De uma proposta que calculava o preço do imóvel na base da declaração de valor feita pelos proprietários, chega-

se a uma perspectiva de pagar o preço de mercado, fruto do monopólio.

O que foi apresentado como prioridade número um, como pagamento de uma "dívida social", não conta sequer com os mínimos recursos necessários para deslanchar. E como será implementada essa "reforma agrária", se a tendência for a de pagar em dinheiro, e no preço de mercado?



João Roberto Ripper/F4



Os descaminhos, os recuos sucessivos, a falta de decisão política, tudo isso foi revelado nas demissões sucessivas do presidente do INCRA (José Gomes da Silva), do ministro do MIRAD (Nelson Ribeiro) e de todos os assessores que se propunham iniciar um processo efetivo de reforma agrária. E como o sol não se tampa com peneira, nem a política agrária se reafirma com

a simples troca de ministro. Só a prática demonstrará se o governo se propõe “democratizar a propriedade da terra”. Até o momento, tudo indica que não. A tendência desse governo da “nova república” é a de dar continuidade e complementação às políticas agrárias das “velhas repúblicas”, aquela que Antônio Conselheiro acertadamente definia como “república dos coronéis”.

A ALEGRE E DIFÍCIL TAREFA DE SERVIR

A luta de classe, conduzida pela União “Democrática” Ruralista — UDR — dos proprietários de rurais, tem alcançado tal intensidade que se tornou rotineiro falar em “guerra não declarada”, em “guerra civil”.... De fato, posseiros e sem terra, pressionados pela falta absoluta de outras alternativas, cansados de ser vítimas de violências e injustiças, motivados pela sua disposição de cultivar a terra, aumentam suas organizações para conquistar terra de trabalho. Existe o Movimento Nacional dos Sem Terra; existe a articulação do sindicalismo de trabalhadores rurais mais combativo, na CUT; existe pelo menos um partido político que reforça, na maioria das regiões, a luta pela terra; essas organizações, mesmo sendo ainda insuficientes para articular o poder popular para conquistar já a Reforma Agrária necessária, podem sustentar um relativo enfrentamento

com o poder e a violência dos proprietários. Foi por causa dessa organização dos sem terra que os proprietários criaram seu “braço avançado” e sua “caixa 2” na UDR: para pressionar sobre um governo que parecia ceder às propostas e “encantos” da massa dos milhões de camponeses sem terra, apoiados pela maioria absoluta dos brasileiros.

A CPT, como serviço evangélico, tem-se colocado do lado dos posseiros, dos sem terra, dos assalariados e desempregados, dispondo-se a realizar os serviços que o movimento popular no campo necessita. Em todo e qualquer serviço procurou, acima de tudo, alimentar a esperança, na certeza de que a promessa de Deus se cumprirá: a terra será libertada, será uma “nova terra”. Por sua opção e por sua prática, está sofrendo as dores dos que lutam pela libertação da dominação capitalista sobre a terra e sobre o trabalho: foi vítima da violência covarde dos proprietários, neste ano de modo especial na pessoa de Pe. Josimo Tavares. A ferida aberta pela falta dos companheiros — e são tantos — nos faz sofrer, mas no provoca também para uma caminhada ainda mais firme, para um serviço mais eficaz: É preciso apressar o dia da libertação. E esta libertação será fruto da luta dos expropriados e explorados de nosso país.

Ivo Poletto é assessor da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

CUT e o momento da Reforma Agrária

Leandro Lamas

O caminho percorrido pelo Governo da "Nova República", desde maio de 85 até hoje, no tratamento da chamada questão agrária brasileira demonstra, incontestavelmente, que não faz parte de seu projeto econômico-político a realização de uma reforma agrária, tal e qual reivindicada e proposta pelos trabalhadores rurais e urbanos.

A Central Única dos Trabalhadores — CUT, tem alertado e denunciado desde o lançamento da 1ª proposta do PNRA pelo então ministro do Mirad, Nelson Ribeiro, para os mais de 4.000 dirigentes sindicais presentes ao 4º Congresso da Contag, que, em primeiro lugar, a "Proposta" apresentada não contemplava as reivindicações e exigências expressas pelos sindicalistas rurais durante o mesmo Congresso

que se realizava. No geral, a formulação do 4º Congresso, consubstanciada nas propostas aprovadas, concebiam a Reforma Agrária não apenas como um processo de ampla distribuição de terras, mas sim a alteração profunda de relações e estruturas responsáveis pelo quadro de expulsão maciça e violenta de milhões de camponeses de suas terras e marginalização econômica e política imputada às populações do campo. Isto é, propostas que apontavam na direção da democratização da propriedade da terra, da modificação do atual direito de propriedade, do atendimento das necessidades imediatas colocadas para os trabalhadores, do combate às políticas de desenvolvimento excludentes e marginalizadoras e da afirmação de direitos já conquistados em lutas travadas nas últimas décadas. Mais que o cumprimento da legislação vigente, o que se colocava era a afirmação de outros direitos

legítimos, que poderiam se opor e reverter o chamado processo de concentração da terra e da renda no campo.

Naquele momento a CUT foi por muitos acusada de contraditoriamente reivindicar do Estado medidas concebíveis somente num processo de "Revolução Agrária", fora, portanto, dos marcos capitalistas da realidade brasileira. O "realismo" político aconselhava que o possível e o viável era a adequação/cominação das reivindicações dos trabalhadores com as necessidades do desenvolvimento capitalista no campo, com isso estabelecendo como primeiro passo a extinção do "latifúndio", entendida como uma necessidade colocada tanto para os trabalhadores rurais e camponeses quanto para o grande capital "urbano, moderno e produtivo".

Além do simplismo e do maniqueísmo subjacentes em tais afirmações, elas cuidaram de ocultar aquilo que

João Roberto Ripper/F4



Não está nos planos da "Nova República" uma reforma agrária que atenda as reivindicações dos trabalhadores rurais e urbanos.

uma análise mais cuidadosa e objetiva das questões em jogo poderia revelar, e que fundamentou o segundo alerta formulado pela CUT: a de que a composição de classes formada pela aliança política que instaurou a "Nova República" tornava inviável a concretização até mesmo da "Proposta" apresentada.

O Esvaziamento de uma Verdadeira Reforma Agrária

Alguns surgiram na tentativa de explicar o processo que se desenrolou desde o lançamento da "1ª Proposta", em maio de 85 até hoje: "recuo do Governo", "Contra-Reforma em marcha", "indecisão política" e outros. O fato é que, um ano e dois meses após comprometer-se com a execução da Reforma Agrária, o Governo agita a bandeira da intocabilidade da propriedade "produtiva", brada contra as organizações e entidades dos trabalhadores, acusando-as de procurarem promover a desordem e a desestabilização do poder constituído, ataca a ação da Igreja no campo e retoma o processo de militarização da questão agrária, transformando os conflitos pela posse da terra e os assassinatos de trabalhadores rurais em questão de polícia, cuja solução encontra-se no desarmamento "espiritual e de fato" de trabalhadores e fazendeiros. Não bastando ainda, o governo atinge apenas 10% da meta de assentamentos a que se propôs, em verdade apenas legalizando situações criadas de fato pelas ocupações ou posses de há muito tempo, afirma ser a Reforma Agrária um ato de Governo, a seu critério e sob sua responsabilidade e de ninguém mais e, para encerrar a lista que poderia ser imensa, recupera os planos de comunicação de massa tão característicos da Ditadura Militar. De um processo que contaria com a mais ampla participação popular, o PNRA da "Nova República" transfigurou-se numa ação exclusiva do Governo Federal, onde as ações de pressão e de conquista promovidas pelos trabalhadores, como acampamentos e ocupações, são consideradas como fruto da ação radical, intransigente e politicamente arquitetadas pela CUT, PT e Igreja. Enquanto os assassinatos de trabalhadores rurais permanecem impunes, as ocupações de terra são enquadradas como crime e a violência no campo descolada das suas raízes na estrutura fundiária.

Porém, aquilo que se se revelava como tendência da ação governamental não era necessariamente a única alter-

nativa possível. Contudo ela ganhou espaço de consolidação e força no pragmatismo realista de entidades que, na óbvia porém insuficiente análise de que a conjuntura havia mudado, passaram a fazer do PNRA a sua referência de discussão e atuação. Aquilo que está sendo chamado de "sistemático recuo" do Governo com relação mesmo à sua proposta, não é outra coisa senão o **avanço e a explicitação** dos reais projetos da "Nova República", graças ao **recuo da mobilização e organização populares e dos princípios e reivindicações estabelecidos pelos trabalhadores**, em favor dos marcos estabelecidos pelo Governo e pela reação histórica dos grandes proprietários. Este recuo real daqueles que se propunham a defender a Reforma Agrária, transformou-a numa estéril discussão sobre números e metas, abstraindo e ocultando a dimensão mais profunda que possuíam as exigências dos trabalhadores.

Os recentes posicionamentos da Contag, demonstram este recuo. Abandonando o conteúdo das propostas do 4º Congresso, tem pautado seu discurso e sua ação a partir dos limites estabelecidos pelo discurso e ação oficiais, preocupada sempre em que o governo avance "ao menos um passo". O "acordo" firmado agora no final de junho na região do Bico do Papagaio, entre o Governo, a Contag e os proprie-

tários de terra, implica no acatamento das regras determinadas pelo Governo e no reforço da concepção de que a violência "tem dois lados" e se deve à "transgressão das leis". Que outra interpretação pode ser dada ao compromisso de "coibir a violação dos direitos sociais e de natureza trabalhista dos trabalhadores rurais"? Certamente, entre os "direitos sociais" a serem preservados estará o da propriedade privada... Ou não?

É neste terreno que o Governo encontra condições favoráveis de superar as crises e os desgastes que vinha sofrendo a cada lance da Reforma Agrária. O chamado "Plano Mestre" que orienta a ação política do Governo na questão agrária, tem como um de seus pressupostos exatamente a cooptação de entidades, dirigentes sindicais, imprensa, etc., apoiada numa ampla manobra de produção de uma opinião pública favorável à ação governamental nesta área. Para tanto, a realização de algumas desapropriações, acompanhadas da devida divulgação, a nomeação de Dante de Oliveira e Rubens Ilgenfritz para o Mirad e Incra, respectivamente, de aparência democrática e progressista, são elementos desta nova política que ao mesmo tempo que procura legitimidade junto à opinião pública, golpeia a organização dos trabalhadores rurais e seus aliados. O quadro geral nos permite avaliar



É preciso retomar a luta pela conquista do que se considera legítimo.

que está se consolidando um "Plano Cruzado" para o campo, atingindo a questão agrária e a violência no campo, já então diluída em violência "rural e urbana". Ainda na tentativa de eliminar o incômodo que hoje representa a existência da UDR, que afronta e questiona a posição oficial com relação a sua política para o campo, o Governo certamente incentivará a chamada "Frente Ampla", cujo carro-chefe são as cooperativas, que buscarão sobrepor-se à voz dos expoentes da UDR apoiando a política agrária do Governo e recolocando os problemas do campo em termos da definição e do aprimoramento de uma "Política Agrícola".

Neste momento, em que fica clara a associação cada vez maior do latifúndio com o grande capital comercial, bancário ou industrial, o que torna inconcebível, como ação política voluntária do Governo, uma "Reforma antilatifundiária", e que o projeto econômico formulado para o campo passa pelo incremento da produção via modernização, elevação da produção e da produtividade das grandes propriedades, e não via redistribuição de terras, a CUT entende ser fundamental a retomada da bandeira da Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores e o aumento da luta e da organização autônomas dos trabalhadores rurais e camponeses por suas reivindicações. Contrapondo-se à afirmação do legal, é preciso retomar a luta pela conquista do que se considera legítimo.

A LUTA NÃO PODE ESMORECER

Não se trata de colocar a discussão em termos de "Revolução Agrária" ou

"Reforma Agrária". O que se pretende, nos marcos da atual dinâmica do capitalismo, é opor-se à continuidade do processo de concentração da terra, da renda, da marginalização sócio-política, da subordinação crescente do agricultor ao grande capital, à exploração em escala máxima do trabalhador assalariado e do bóia-fria, à violência e à impunidade reinantes. Neste sentido, a Reforma Agrária é **bandeira**, que incorpora aquelas reivindicações e lutas que, neste momento, detêm o poder de questionar este processo e afirmar direitos legítimos para os trabalhadores.

Baseada nesta avaliação, a CUT considera fundamentais: a denúncia da farsa da Reforma Agrária montada pelo Governo; a denúncia da violência contra os trabalhadores rurais, sua impunidade, seus responsáveis bem como a convivência, a omissão e o envolvimento das autoridades públicas; a responsabilização do Governo Federal

nestes casos; o repúdio à "Operação Desarmamento", buscando exigir o imediato dismantelamento das milícias privadas e agências de pistolas, que o governo já tem identificadas; a ampliação da discussão, articulação e mobilização dos setores urbanos pelas reivindicações dos trabalhadores rurais; a continuidade da luta pela desapropriação das áreas indicadas pelos trabalhadores; a defesa intransigente das formas de luta dos trabalhadores pela defesa e conquista da terra; a não participação dos trabalhadores nas "Comissões Agrárias"; a retomada das reivindicações já expressas nos vários congressos e encontros de trabalhadores rurais e a articulação destas lutas com aquelas desenvolvidas pelos assalariados e pelos pequenos produtores em torno de condições de vida e de produção.

Leandro Lamas é assessor da CUT.

João Roberto Ripper/F4



Lewy Moraes/F4



A extinção do latifúndio é uma necessidade dos trabalhadores rurais.

A urgência da Reforma Agrária

Desde a aprovação do Primeiro Plano de Reforma Agrária pelo governo Sarney, em 10/10/85, vem se sucedendo uma série de recuos em relação à proposta inicial, demonstrando que o Governo não tem decisão política, nem força para realizar a reforma agrária.

As entidades que integram e apóiam a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, iniciada em abril de 1983, vêm a público denunciar as manobras de distorção e a liquidação do processo de reforma agrária, tanto por parte dos latifundiários como do próprio Governo.

PROPOSIÇÕES DO CNRA

1) Que o governo tome a imediata decisão política de implantação da reforma agrária, antilatifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais e seus órgãos de classe, pondo-se fim ao latifúndio nacional e estrangeiro, com distribuição aos trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente, dando prioridade aos que moram na região, de acordo com as necessidades e aspirações dos trabalhadores, e

àqueles que foram expulsos e querem voltar à terra;

2) Imediata aplicação do Estatuto da Terra para que seja iniciado o processo de reforma agrária, respeitadas as decisões do 4.º Congresso Nacional os Trabalhadores Rurais;

3) Desapropriação imediata de todos os latifúndios nas áreas de conflito;

4) Assentamento definitivo e imediato dos posseiros e ocupantes nas terras desapropriadas, ou não, com participação dos trabalhadores rurais diretamente interessados;

5) Que sejam proibidos os despejos, uma vez que o trabalhador dá à terra sua função social;

6) Que seja instituída uma lei que limite o tamanho da propriedade de acordo com a região;

7) Que no caso de constatação de áreas griladas por latifundiários seja processado criminalmente o grileiro e a área seja titulada e entregue imediatamente aos trabalhadores;

8) Desapropriação imediata das grandes propriedades ocupadas por parceiros e arrendatários;

9) Desapropriação das terras das pes-

soas jurídicas estrangeiras e multinacionais;

10) Fim da política de incentivos e créditos aos grandes projetos agropecuários, manifestamente anti-sociais;

11) Demarcação imediata das terras indígenas, com reassentamento dos posseiros em áreas da mesma região;

12) Elaboração de uma Política Agrícola que favoreça aos pequenos produtores, aos beneficiários da reforma agrária e que promova a produção de alimentos para o mercado interno;

13) Extinção imediata do Getat;

14) Revisão da Política de Colonização oficial com participação do movimento sindical dos trabalhadores rurais;

15) Suspensão imediata das licitações de terras públicas, da colonização privada e da entrega de terras aos latifundiários nacionais ou estrangeiros;

16) Apuração imediata de todos os crimes contra os trabalhadores rurais com a punição dos assassinos e mandantes.

CONTAG/CIMI/ABRA/IBASE/ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/ CUT/ CGT/ INESC/ FASE/ Pastoral Operária/Diocese de Goiás.



Lewy Moraes/F-4

A luta pela Reforma Agrária não é uma luta isolada e exclusiva dos trabalhadores rurais.

Amazônia: Grilagem e Violência

Lúcio Flávio Pinto

Em 1960, apenas 6,4% da área da Amazônia Clássica (que exclui parcelas de Goiás, Maranhão e Mato Grosso, integrantes da Amazônia Legal para efeito de incentivos fiscais) estava ocupada por imóveis rurais. Duas décadas depois, já sob os efeitos de todos os benefícios concedidos pelo governo a particulares para induzir a ocupação da região, as áreas constituídas em imóveis ainda representavam 11,4% da extensão territorial amazônica e, por sua vez, eram 11,3% do total de imóveis em todo o país (evolução não tão expressiva quanto poderia parecer, já que o Norte tem 40% do território nacional e, em 1960, contribuía com 9,3% das áreas com imóveis do Brasil).

Os imóveis avançam pelas estradas, impulsionados pelo combustível dos favores oficiais. O estado do Amazonas continua um vazio demográfico em seu interior porque a inexistência de rodovias afasta o apetite do lucro. Mas 15% do sul do Pará já foi desmatado porque ali os recursos naturais podem ser transformados em produtos econômicos ou, como ocorre com mais frequência, em instrumento de ganhos financeiros.

Se ainda uma pequena parte da Amazônia está catalogada com o sinete da propriedade, o crescimento do número e da área dos imóveis levou a uma concentração da propriedade mais acentuada do que nas regiões de mais antiga ocupação. O que tem acontecido na Amazônia é o agravamento dos fatores que causam distor-

ções e por isso geram tensão e conflito. Em 1982, por exemplo, o Incra — com base no seu cadastro — divulgou alguns dados interessantes. Em Curralinho, no Pará, um único imóvel ocupava 21% da área do município. Também um só imóvel se estendia por 23% da área de São Miguel do Guamá. E a Jari se dizia dona de uma área que representava 54% do município de Almerim, que tem 11 milhões de hectares.

AMAZÔNIA NÃO É FRONTEIRA DE TERRAS DISPONÍVEIS

Quando conclamou os deserdados da terra de todas as zonas conflagradas no meio rural brasileiro a rumarem para a fronteira amazônica, no início da década de 70, o governo acenava-lhes com a promessa de transformá-



fotos: João Roberto Ripper/F4



Muitos trabalhadores migraram em busca de um lote de terra na Amazônia: Gleba Caxias do Sul, Linguara (PA).

Os posseiros ou se deslocam para as cidades ou aceitam as perspectivas do conflito.



Pela grilagem das terras devolutas, pela violência, se constroem as grandes propriedades.

los finalmente em proprietários do chão que iriam explorar. Não seria realizada a reforma agrária nas áreas mais valorizadas do país, mas quem optasse pela migração teria a garantia de receber um lote na Amazônia e aliviar-se das seculares formas de aprisionamento à serventia, à parceria, ao arrendamento ou à "meia".

Quase duas décadas depois, a situação real é um violento contraste com a idealização publicitária desencadeada na administração Médici. A Amazônia não é a fronteira de terras disponíveis: ao contrário, aquelas que têm valor, aquelas que podem ser transformadas em mercadoria (porque servidas de infra estrutura montada pelo governo e amparadas pelos benefícios oficiais), já têm dono, que são poucos e detêm vastas extensões. Não importa como foram formadas essas propriedades: elas recebem legitimação governamental por sua extensão e por quem as possui. As maiores propriedades, conforme as informações cadastrais fornecidas por seus supostos proprietários, têm como base a "grilagem", uma fraude montada em cima de terras devolutas com a conivência do Estado. É o caso dos 4,3 milhões de hectares declarados como seus pela Manasa ou os 2,3 milhões que Pedro Aparecido Dotto cadastrou em seu nome, ambos no Amazonas, ou os 1,6 milhão que a Agropecuária Rio Cajari registrou como propriedade, no Pará.

Na Amazônia de hoje, 50% das terras constituídas em imóveis rurais pertence a 1% dos proprietários, distorção mais grave do que a observada em dimensão nacional. São, em geral, terras improdutivas, reserva para negócios feitos em cartório, barreiras ao assentamento de lavradores atraídos de outras regiões e que, impedidos de

acesso às áreas mais valorizadas (e sub-utilizadas), reduzem-se à eterna condição de posseiros em migração permanente, deslocam-se para cidades e garimpos, ou aceitam a perspectiva do conflito, uma realidade tumultuada e caótica que transformou essas áreas num barril de pólvora exposto a algum rastilho aceso.

EMPRESÁRIO DO SUL, CAPITÃO-DE-MATO NA AMAZÔNIA

O que se convencionou chamar de "sul do Pará" é o mais perigoso desses barris. São aproximadamente 217 mil quilômetros quadrados, onde estão instaladas grandes fazendas, garimpos, mineração, índios e serrarias. Segundo um levantamento feito no cadastro do Incra em dezembro de 1980, havia ali 59 projetos agropecuários, ocupando 4,5 milhões de hectares (tamanho médio das fazendas: 75 mil hectares), mais que o dobro da área do estado de Sergipe.

Como uma estatística empírica estabeleceu que para cada projeto agropecuário há três fazendas (isto é, propriedades não incentivadas diretamente pelo governo), o sul do Pará abrigaria em torno de 250 fazendas de gado. Mesmo considerando-se que elas têm uma área média inferior à dos projetos - Sudam, seria possível concluir que aproximadamente metade da área física dos 217 mil quilômetros quadrados lhes pertence. Mas o processo de "grilagem" permite ir além, criando situações bizarras, como em Conceição do Araguaia, município que possui 2.875.200 hectares, mas no qual estão cadastrados 3.297 imóveis, com 3.002.670 hectares. Falta, portanto, terra para tanta pretensão.

Colidindo com essa realidade há um

fluxo migratório incontrolável. Em 1970 a população da região somava pouco mais de 77 mil habitantes. O censo de 1980 registrou quase 260 mil e as projeções oficiais para 1986 já estão próximas de 500 mil habitantes. Quatro núcleos abertos a partir da metade da década de 70 na principal estrada da região somam, hoje, 150 mil habitantes. A maioria deles é lavrador caçando um lote.

Seria este o cenário ideal para uma reforma agrária? Todos parecem concordar, pelo que dizem e pelo que silenciam. Em nenhuma outra região morre mais gente por causa de disputa de terras, em nenhum outro local foi mais violenta a reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Não foi uma reação do nativo, mas do proprietário que, tendo empresa rural no sul (sobretudo São Paulo), por essa condição imune a desapropriações, no norte montou um típico latifúndio improdutivo, que agride as leis (inclusive a maior, a Constituição) e a realidade fática do local. No sul, aparece como empresário moderno. No norte, é o secular "capitão-do-mato", convencido de que as regras para amansar a terra e submeter o buge são imutáveis. A mesma família que deu o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, a lidima representante desses proprietários, possui, 1,3 milhão de hectares no Pará. Não é mera coincidência.

Com este pano de fundo, dá para entender melhor a Amazônia, que nada tem a ver com a fronteira aberta no oeste norte-americano, mesmo que permaneça uma campanha publicitária buscando comparações.

Lucio Flávio Pinto é jornalista em Belém do Pará.

Trabalho escravo no Brasil hoje

Neide Esterci

Quando em 1966, sob a égide do primeiro governo militar pós-golpe, foram criadas a Sudam e as leis de incentivos fiscais para investimentos na Região Amazônica, estavam dadas as pré-condições para o ressurgimento do trabalho escravo. De fato, abriu-se para o capital a perspectiva de apostar-se de terras e recursos, através de investimentos a serem deduzidos quase inteiramente do imposto devido aos cofres públicos. Através desses instrumentos e outros que se seguiram, como a quebra dos limites de área impostos às aquisições de terras devolutas, por particulares, foi sendo ampliada, para o capital, a margem de concentração da terra e apropriação dos recursos financeiros em escala cada vez maior. Surgiram propriedades de milhões de hectares, casos de proprietários que controlavam 80% da superfí-

cie territorial de um município e também surgiram os aliciadores que recrutavam levas de 500 e até 1.000 trabalhadores por vez para empregar-se nas tarefas de implantação dos novos empreendimentos.

Tornou-se rotineira na região, a prática de mecanismos de coerção impen-sáveis, porque opostos a noção de que, com o desenvolvimento do capitalismo, viria o aceleração do processo de proletarianização, introduzindo, em grande escala, o trabalho leve no campo.

Um dos termos da equação estava dado pela presença de empresas e empresários notáveis: Fiat, Bordon, Volkswagen, Banco Mercantil, Banco Nacional de Crédito, Atlântica Boa Vista, Itaú, Tamakavy, Junqueira Vilela, Ometo, Conde, Lunardelli e outros. Do outro lado, porém, trabalho escravo. Como explicar?

AS MANHAS DO CAPITAL

Desde o final dos anos 60 e por toda a década de 70, a imprensa, a Igreja e os próprios trabalhadores fizeram chegar à opinião pública e às autoridades, denúncias de mais esta forma de ilegalismo cometida contra os trabalhadores brasileiros.

"Comprei este escravo", era como se iniciava a matéria de um repórter descrevendo sua aventura em Barra do Garças, Mato Grosso, da qual saíra acompanhado de três peões e com a impressão de que "era o único sujeito... neste mundo que tinha no bolso um documento de posse de gente..." (Realidade: 1972).

"Escravidão e Feudalismo no Norte de Mato Grosso" era o título de um informe-denúncia do bispo de São Felix do Araguaia, redigido em 1970 (Casaldáliga: 1970).

Dos próprios trabalhadores era possível ouvir-se expressões como a seguinte: "Nós estamos aqui, presos num curral e nossos companheiros já fugiram" (Peão da Codeara: 1967).

O que fazia configurar-se naquele momento o trabalho escravo era, em primeiro lugar, o fato de os empreendimentos em questão requererem a realização de tarefas que exigiam grandes contingentes de mão-de-obra, por períodos determinados de tempo, em áreas pioneiras onde a mão-de-obra não existia na escala necessária. Eram áreas desabitadas ou pontilhadas por núcleos de posseiros que, por terem acesso à terra e ao trabalho autônomo, ou por estarem eles mesmos em conflito com os interesses representados pelos donos dos empreendimentos, se recusavam a servir-lhes como empregados. Colocava-se, pois, a alternativa de buscar fora da região, os trabalhadores necessários.

Como pretendiam dispor de um mínimo de recursos para cumprir os compromissos de implantação dos projetos aprovados pela Sudam e, assim apoderar-se em tempo hábil de novas parcelas de financiamento, os donos desses empreendimentos superex-



Grandes contingentes de trabalhadores foram levados para a Amazônia.

ploravam a força de trabalho passando a intermediários (empreiteiros e gatos), as funções de recrutá-la e organizá-la no trabalho. Através de intermediação, negavam aos trabalhadores as obrigações trabalhistas que lhes facultava a lei, eximindo-se de ter com eles qualquer vínculo empregatício juridicamente reconhecido.

Os intermediários por sua vez, para aumentar sua margem de ganho, utilizavam uma série de expedientes através dos quais extraíam mais trabalho aos contingentes contratados. Debitavam em suas contas não só os alimentos, mas também instrumentos de trabalho, despesas de viagem e os materiais necessários aos precários abrigos construídos na mata; e como a remuneração era feita por produção, avaliavam sempre por baixo o montante da tarefa realizada pelos trabalhadores.

Movidos pela ilusão de que aumentando a produção, conseguiriam superar as despesas a eles debitados, e deixar o serviço com o saldo desejado, os trabalhadores, em princípio, estendiam a jornada de trabalho e intensificavam ao limite a força necessária a realização da tarefa contratada. Entretanto, ao final de algum tempo, diante das condições insuportáveis a que se viam submetidos, sem meios para fazer cumprir os contratos verbais formados no ato do recrutamento, e sem vislumbrar a possibilidade de saldar a conta, os trabalhadores perceberam que a única saída para eles era abandonar o serviço. A dívida, então, entrava como pretexto para que os empreiteiros caracterizassem como fuga a saída dos trabalhadores. Os donos dos empreendimentos passavam às suas milícias, jagunços travestidos de fiscais, a tarefa de manter sob vigilância armada, perseguir e punir os que tentassem a fuga.

A OCASIÃO FAZ O LADRÃO

Um rápido olhar sobre a história demonstra que, apresentando-se a oportunidade, os donos do capital estão sempre dispostos a lançar de quaisquer relações supostamente superadas, contanto que seus lucros sejam maximizados.

De fato, em diferentes países do mundo, depois da avaliação da escravatura, registraram-se práticas conhecidas como peonagem e denunciadas como formas de escravidão disfarçada: por meio de adiantamentos a serem deduzidos do trabalho, criava-se a dívida que se transmitia de uma geração à outra, tornando não só o traba-

lhador como também sua família, como que propriedades dos seus supostos credores. Enquanto não saldassem a dívida, esses trabalhadores não podiam vender a outros sua força de trabalho e assim perdiam sua condição de livres possuidores de uma mercadoria — o trabalho.

No Brasil, o cerceamento da liberdade dos trabalhadores de disporem livremente de sua força de trabalho, através de mecanismos de endividamento, tem ocorrido em várias circunstâncias. No período áureo da extração da borracha, grandes contingentes de trabalhadores nordestinos foram mantidos à força nos seringais da Amazônia, a pretexto de estarem em dívida com os barracões. Entre os seringais existia inclusive, acordos, para perseguição e devolução, ao seringal de origem, de trabalhadores em fuga. Na época de implantação das grandes fazendas de cacau do sul da Bahia, também foi posta em prática a instituição da dívida para manter aprisionados os trabalhadores empregados nas extensas derrubadas que precediam as plantações. Nas "plantations" açucareiras do litoral nordestino, a dívida dos moradores com os barracões os imobilizava e, nas fazendas de algodão do sertão cearense, se transmitia a seus filhos que se obrigavam a continuar trabalhando para seus patrões até que a dívida fosse liquidada.

Nos anos recentes, a utilização do

trabalho escravo no Brasil, assumiu proporções maiores, primeiramente, logo no início da nova fase de ocupação da Amazônia. Os povoados camponeses dos estados de Mato Grosso, Goiás, Maranhão, eram os pontos de recrutamento privilegiados pelos agenciadores. Compunham os contingentes que se formavam, fundamentalmente, membros de famílias camponesas cujos recursos exigiam complementações fosse para fazer face à necessidades imediatas, fosse para aumentar o estoque de terras necessário à reprodução de novas unidades que se formavam com os casamentos da nova geração. A prática costumeira dos camponeses de trabalhar em troca de assalariamento temporário para responder a tais necessidades facilitava a ação dos agenciadores que, além do mais, para vencer as barreiras da perspectiva do desconhecido e das longas distâncias a percorrer, os seduziam com falsas promessas de ganho fácil — por isso são chamados gatos.

As denúncias de trabalho escravo, no entanto, já não se restringem às atividades da fase de implantação de grandes empreendimentos, nem estão circunscritas à região amazônica. Pelo contrário, o reflorestamento, o corte de cana e a colheita de café, também têm sido mencionados, de modo que além de Rondônia, Pará, Mato Grosso e Goiás, têm sido palcos deste tipo de ilegalidade estados do sul e sudeste



Há também denúncias de trabalho escravo nos estados do sul e sudeste.



É preciso que os trabalhadores tenham o seu "pedaço" da riqueza e do poder político nacionais. do país, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Também já não são apenas os povoados camponeses os núcleos de trabalhadores que estão na mira dos aliciadores, incluindo-se agora as populações pobres e carentes de emprego dos bairros periféricos das cidades no interior.

Por ser uma atividade clandestina fica muito difícil computar numericamente as dimensões em jogo mas alguns autores falam em cifras assustadoras:

"Desde 1970 até hoje, dados ainda incompletos indicam a ocorrência de 105 casos de cativo. Em 55 deles, foram contados 19.713 escravos, dos quais apenas 1.292 conseguiram fugir". (José de Souza Martins, Terragente, n.º 39, 1986).

Evidentemente, além do empobrecimento e da falta de alternativas de emprego que se colocou segmentos cada vez mais amplos da classe trabalhadora, há outros fatores que levam os aliciadores sempre adiante na busca de novos nichos de mão-de-obra. Um deles, pelo menos, se deve a ação dos próprios trabalhadores que escapam

da situação de confinamento e alertam seus companheiros. As formas de divulgação por eles utilizadas e a eficácia das mensagens para afugentar os gatos podem ser constatadas num texto produzido pelo Cepac — Centro Piauiense de Ação Cultural:

"No dia 17 de agosto de 1984 a população do bairro Vila São Francisco foi sacudida por uma notícia trágica e assustadora: cerca de 42 homens que tinham saído da Vila no dia 11 de julho em um caminhão sob a coordenação do sr. Antonio Triunfo tinham se tornado escravos na fazenda Santa Rosa, em Xinguara, no Pará.

"A notícia que apavorou esposas, mães, pais, irmãos e outros parentes dos trabalhadores que foram ao Pará, foi fornecida por João da Cruz Silva de 22 anos, casado e pai de um filho, que tinha chegado em Teresina após muita dificuldade e tentativa de fugas da fazenda e finalmente depois de ter oferecido seus serviços no reconhecimento de outros fugitivos que os jagunços encarregados da fazenda estavam interessados em capturar e castigar. Conforme relato de João da Cruz, os seus companheiros estavam trabalhando sem receber salários, recebendo ali-

mentação à base de arroz e mamão e impedidos de deixar a fazenda ou mandar correspondência para seus parentes. As denúncias feitas por João aos moradores da Vila, na "Rádio Pioneira" e através do "Jornal da Manhã" em sua edição de 18 de agosto de 84, seriam confirmados por dois outros trabalhadores que fugiram da fazenda. (...)

"Segundo o relato dos três homens que conseguiram escapar do trabalho escravo, Antonio Triunfo está acostumado a conseguir pessoas para o trabalho escravo no Piauí, porque os encarregados das fazendas e empresas de reflorestamento não conseguem mais mão-de-obra na Região Norte, devido às denúncias que têm sido feitas de escravidão branca na região." (Cadernos do CEAS n.º 95, 1985).

O GATO E O RATO

A organização e mobilização dos trabalhadores rurais assalariados para defesa de seus direitos tem sido um desafio para as lideranças, entidades sindicais e de apoio. O cumprimento das leis trabalhistas — salário mínimo, carteira assinada, descanso remunerado, etc. — no campo, tem exigido

dos trabalhadores esforços e mobilização constantes que se manifestam nas campanhas salariais e nas greves que, desde 1973 em Pernambuco, e nos anos seguintes também em vários outros estados como Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba e Rio de Janeiro, tem sido realizadas.

A condição dos trabalhadores de que trata este artigo, no entanto, deixa de ser a de assalariados para tornar-se a de **escravos**. Não basta, pois reivindicar que lhes sejam estendidos os direitos trabalhistas previstos por lei. Para trabalhadores reduzidos a condição de **escravos** o que cabe lembrar são direitos, os mais elementares que assistem aos cidadãos.

Os empregadores sabem disso, e uma das formas pelas quais promovem o assalto à cidadania dos trabalhadores que contratam é o aprisionamento, ou simplesmente a queima dos documentos pessoais de identificação dos mesmos. Afastados de suas famílias e das relações sociais mais próximas, ameaçados do enterro em cova rasa e sem nome no meio da mata, caso sejam acometidos de doença ou agressão violenta, a tentativa é fazer com que os próprios trabalhadores assumam a indignação que lhes é imposta.

As leis brasileiras condenam a prática do aliciamento, de toda e qualquer forma de trabalho compulsório, definindo também os termos jurídicos que facultam a ação dos intermediários. O que está em questão é, portanto, a aplicação da lei e a punição dos infratores. Mas as leis nada valem se não têm a respaldá-la um Estado democrático, órgãos governamentais eficazes e dispostos a exercer a tarefa de fiscalização e sanção.

Em meados deste ano, o aumento do número de denúncias sobre **trabalho escravo** era de tal ordem que o próprio Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, assim explicou o novo surto desse ilegalismo:

"Isto tem ligação com a reforma agrária. Latifundiários estão apressando a derrubada das matas para transformá-las em pastos e simular produtividade" (Isto É, 16 de julho de 1986). Ou seja, aqueles mesmos que concentram nas mãos os incentivos, fazem tudo para que as suas grandes propriedades escapem à classificação de latifúndio e dessa forma escapem da desapropriação que a lei faculta. Os mesmos leiloam cabeças de gado para garantir espaço na Constituinte. Não há como pensá-los como os radicais si-

métricos às organizações de trabalhadores, sejam elas quais forem. Eles estão com a faca e o queijo, os outros querem um pedaço.

Algumas investidas feitas nos últimos meses por órgãos governamentais sobre as propriedades denunciadas pela prática de coação física sobre os trabalhadores resultaram em flagrantes de centenas de trabalhadores aprisionados. Resultaram também infelizmente, na constatação, por parte dos encarregados desses mesmos órgãos da dificuldade de levar a cabo a

tarefa de uma fiscalização plenamente eficaz. Que o Estado saiba, pois, compensar a sua fragilidade admitida e abra espaço às organizações de trabalhadores para que elas possam cumprir a sua parte de pressão por uma redistribuição mais equitativa da riqueza e do poder político, única base sólida para o exercício pleno dos direitos dos cidadãos.

Neide Esterci, é professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ e coordenadora do Programa Movimento Camponês / Igrejas do CEDI.

COMUNICAÇÕES do ISER

19 Maria

A censura gerou a notícia. Em circunstâncias normais, o filme **Je vous salue, Marie**, de Godard, teria passado sem despertar maiores emoções. Com a censura, entrou na lista dos mais procurados e virou manchete de jornal.

COMUNICAÇÕES DO ISER foi ver de perto e produziu um debate sobre Maria, também no cinema: católicos, protestantes, agnósticos, teólogos, psicanalistas, antropólogos e jornalistas discutem as imagens de Maria, os motivos do escândalo, o sentido da virgindade na visão de Godard, a imagem coletiva da mãe sem desejo, a concepção pela palavra, o mistério de Maria e sua relação com o mistério de Jesus. Além do debate, este nº de **COMUNICAÇÕES DO ISER** apresenta o pré-roteiro de Godard e uma entrevista da psicanalista Françoise Dolto sobre "A Sagrada Família".

COMUNICAÇÕES DO ISER nº 19: a partir de 14 de julho no ISER – Instituto de Estudos da Religião (R. Ipiranga, 107 – Rio – CEP 22231 – tel.: 265-5747), e nas livrarias.

Exemplar avulso: Cz\$ 25,00

Assinatura anual (6 números): Cz\$ 120,00

Canavieiros do Nordeste: trajetória de lutas e desafios atuais

Regina Célia Reyes Novaes

Aos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar do Nordeste interessa a regulamentação das relações de trabalho. O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e, posteriormente, a extensão da CLT ao campo deveriam garantir a efetivação dos requisitos básicos da **contratação individual**, nos parâmetros da legislação vigente no país. As campanhas trabalhistas, iniciadas em 1979, por sua vez, visam — através de **contratação coletiva** — assegurar melhores condições de vida e trabalho para o conjunto da categoria.

Neste artigo pretendo, ainda que de forma sintética, indicar alguns dos componentes de um complexo cenário em que se confrontam, por um lado, trabalhadores de cana e seus órgãos de representação e, por outro, usineiros e fornecedores de cana congregados em associações e sindicatos patronais.

EXPROPRIAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Os anos que se seguiram à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural só podem ser descritos em termos de deteriorização das condições de vida e trabalho dos trabalhadores da cana-de-açúcar. Os usineiros e fornecedores de cana do Nordeste, no bojo da competição com seus pares do sul do país pelo mercado interno, sempre barganharam junto ao Estado subsídios e créditos, assim como aumentos do preço do açúcar. Tendo reduzido progressivamente seu poder de influência junto ao poder central, em uma economia em que a mão-de-obra representava 70% dos custos totais, só lhes restou um mecanismo para se manterem na cena econômica: cumprir ao máximo as despesas com a força de trabalho.

E como se fará tal compreensão? Moacir Palmeira em artigo publicado

em agosto de 1979, responde a questão: "liberando contingentes considerados supérfluos, aumentando a taxa de exploração da mão-de-obra empregada e tentando burlar de qualquer forma a legislação trabalhista rural e a legislação agrária". (**Desmobilização e Conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana**; in Revista de Cultura e Política, Cedec).

O "roubo do patrão", como definem os trabalhadores, se expressa, por exemplo, na medição do trabalho já executado ou a ser executado, no "corte dos sítios" onde cultivavam produtos alimentares e no não pagamento das indenizações das benfeitorias existentes.

Concomitantemente, a expropriação tem seu ato final na expulsão direta, ou incentivada indiretamente, dos moradores das propriedades, passando-se a utilizar maior contingente de mão-de-obra temporária nos momentos de safra.

E a legislação trabalhista vigente nos anos posteriores a 64? Referindo-se a Pernambuco, Palmeira (1979:44) afirma que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nesta época, impõem o cumprimento mesmo parcial das obrigações trabalhistas e incentivam a resistência na terra através de acordos ou "questões" levadas à justiça. Em Pernambuco, as "tabelas de campo", (elaboradas em 63, durante o governo de Miguel Arraes, e em 64, após o movimento militar, para estabelecer equivalências entre tarefas e o salário-mínimo regional), se não funcionaram como "acordos coletivos de trabalho", foram ponto de referência para a arbitragem dos conflitos no cotidiano do interior dos engenhos e usinas e no encaminhamento dos sindicatos. Se esta situação configurou-se em certos municípios da Zona da Mata de Pernambuco, não poderíamos dizer o mesmo dos outros estados que compõem o conjunto da agroindústria açucareira nordestina. Em Alagoas, ao que se sa-



fotos: Jorge Butsuem

be, a ausência de um sindicalismo atuante facilitou a expansão e a "modernização" do setor canavieiro, sem a menor correspondência em termos de cumprimento dos direitos trabalhistas básicos. Na Paraíba e Rio Grande do Norte, ainda que existissem alguns poucos sindicatos que intermediassem acordos entre trabalhadores e patrões ou que encaminhassem questões individuais à justiça do trabalho, a grosso modo, podemos dizer que não foram generalizados sequer os requisitos mínimos da contratação individual, tais como: contrato formalizado através da assinatura da carteira de trabalho, repouso remunerado, 13º salário. Daí que se possa imaginar o nível de arbitrariedade existente — frente à ausência total de regulamentação — entre as tarefas a serem executadas e a remuneração a ser percebida pelos trabalhadores.

A partir de 1975, com a implantação do Pró-Álcool, o Estado passa a oferecer financiamentos a juros quatro vezes mais baixos do que os vigentes, com três anos de carência para o início do pagamento e, ainda, após doze anos, a incorporação das destilarias ao patrimônio dos patrões a preços altamente compensadores. A utilização do álcool para combustível resultou em duplicação da produção de cana-de-açúcar. No entanto, a atual situação de expansão econômica não trouxe nenhum benefício para os trabalhadores. O que se observa é apenas o aprofundamento do lamentável quadro descrito acima em termos de superexploração da força de trabalho e, principal-

mente, em termos da expulsão da terra dos moradores, arrendatários, foreiros e posseiros para dar lugar aos novos canaviais.

A LUTA PELA CONTRATAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: CONVENÇÕES E DISSÍDIOS

A contratação coletiva deve representar conquistas não previstas em lei, tais como salário acima do mínimo, tabela de tarefas, salário na doença, etc.

Cerca de quinze anos após à primeira "tabela do campo", os trabalhadores da cana de Pernambuco retomam sua luta pela contratação coletiva de trabalho. Sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), iniciaram, em 1979, campanhas trabalhistas, definidas como "contratação coletiva quente". Ou seja, ao invés de "contratação coletiva fria" em que há apenas negociações por cima entre diretorias de sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, utiliza-se a CLT e a lei de greve (Lei 4330, quase "antigreve" por todas suas exigências), onde se considera a greve legal no intervalo entre o rompimento das negociações entre as partes envolvidas e o julgamento do dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho. Neste contexto, haveria a tentativa de recolocar a "contratação coletiva" dentro de um contexto de luta, utilizando a greve legal como instrumento de mobilização dos trabalhadores e pressão durante o julgamento do dissídio.

Em Pernambuco, este processo vem se repetindo desde 1979, ainda que haja pequenas modificações de um ano para outro que correspondam a táticas das forças em confronto. O mesmo processo se inaugura no Rio Grande do Norte, em 1982, e na Paraíba, em 1984. Ainda não tendo se iniciado em Alagoas.

A opção da coordenação do movimento tem sido pela participação de todos os sindicatos de trabalhadores rurais de cada estado que estejam localizados em área de plantio de cana-de-açúcar.

Por um lado, obviamente, esta opção de uma campanha a nível estadual fortalece e unifica o movimento, criando mais poder de pressão e estendendo as conquistas para o conjunto da categoria. É neste contexto que a designação **canavieiro**, antes de pouco significado para os trabalhadores rurais da cana, passa a ser utilizada pela imprensa, ganhando agora um significado para os trabalhadores a partir das campanhas trabalhistas.

No entanto, por outro lado, este procedimento de campanhas salariais conjuntas a nível de zona canavieira de cada estado nordestino não significa homogeneidade entre os sindicatos.

O primeiro aspecto que gera polêmica entre as próprias lideranças sindicais diz respeito ao maior ou menor comprometimento das diretorias sindicais. Os dirigentes menos comprometidos são pressionados pela própria base ou pela coordenação para participar da campanha, porém passado o mo-



Arlindo Marinho



Canavieiro em greve na Zona da Mata, Pernambuco.

mento da greve, não se empenham absolutamente no cumprimento das conquistas. Assim, enquanto estes anos fortaleceram as **delegacias de engenho** e os **comandos de greve** em vários sindicatos, em outros foi o próprio sindicato que os desestimulou.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às diferenças existentes entre municípios ou entre fazendas e usinas na forma de exercer a dominação sobre os trabalhadores. Enquanto há municípios ou unidades em que a **negociação** faz parte pelo menos da retórica dos empresários, em outra o que há são demonstrações de prepotência e impunidade, com frases do tipo "a lei aqui sou eu". O que, invariavelmente, resulta em diferentes tipos e graus de violência em direção aos trabalhadores, lideranças e assessores.

E, finalmente, no perfil da agroindústria açucareira nordestina, temos desde usinas ou destilarias modernas e com índices consideráveis de produtividade, que podem incorporar certas obrigações trabalhistas, até outras que, tradicionais e ociosas, farão coro com os pequenos fornecedores de cana nos lamentos e ameaças de que "quebrarão" por culpa das exigências dos trabalhadores.

Tais aspectos interrelacionados permitem várias combinações, configurando diferentes situações dos sindicatos no que tange à mobilização para greve e cumprimento.

Quanto aos trabalhadores, não há dúvidas que há uma predisposição inicial para a greve que se baseia tanto na esperança de melhores condições de trabalho e de vida, quanto na vontade guardada no fundo do peito de con-

trapor outra "lei" — a "lei do sindicato" — à "lei" implacável "do patrão". No entanto, esta predisposição pode ser maior ou menor, em diferentes situações, pois passa também por avaliações constantes de vários aspectos, entre os quais estão aqueles que enumeramos acima.

E O QUE TERIA MUDADO COM A NOVA REPÚBLICA?

As campanhas trabalhistas dos canavieiros do Nordeste em 1985 se deram sob a Nova República. Por uma confluência de fatores, que passaram pela avaliação do movimento sindical, e que, sem dúvida, também por uma avaliação da classe patronal não se chegou ao dissídio coletivo, celebrando-se antes uma Convenção Coletiva de Trabalho.

Não há dúvidas de que a opção pelo "dissídio quente", através da Lei 4.330, refletiu a situação de estreitamento da liberdade e autonomia sindical, característica do regime militar que cerceou o direito de greve. A grande imprensa deu destaque ao empenho do ministro Almir Pazianoto na realização da Convenção. Se o principal propósito do movimento sindical a favor da Convenção Coletiva foi evitar os custosos recursos dos patrões ao Tribunal Superior do Trabalho em busca da anulação das conquistas celebradas ao nível do Tribunal Regional, para o ministro tratava-se de evitar a greve, privilegiando o entendimento e a negociação, pressupostos da Aliança Democrática para construção de um "pacto social".

Sem entrar em consideração sobre o peso que a mediação do ministro teve no resultado final, a questão na qual

teríamos que nos deter aqui diz respeito às condições para a efetivação de uma "nova república" no campo.

Para além da boa vontade do ministro, o pretense Estado Moderno no Brasil não chegou ao campo. A fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho não são feitas (ou se fazem em escala insignificante) não apenas no que tange à Convenção Coletiva, como também no que diz respeito a legislação trabalhista vigente acerca da contratação individual. Por alegada "falta de verbas" e mesmo por comodismo ou cumplicidade dos que respondem por tais delegacias do trabalho, o Ministério do Trabalho não tem atendido as reivindicações do movimento sindical para fiscalização na zona canavieira. A falta de estabilidade no emprego permite dispensas injustificadas daqueles, delegados sindicais ou não, que ousam reivindicar o cumprimento daquilo que lhes foi legalmente outorgado. A violência contra trabalhadores rurais faz parte do dia-a-dia e as milícias privadas continuam impunes.

Enfim, à maior "civildade" da classe patronal na mesa de negociações em 1985, sob ares da Nova República, não correspondeu nenhum avanço em termos das conquistas dos trabalhadores na zona canavieira. Há aqueles que esperam agora pela Constituinte Congressual como remédio para muitos destes males... Sem dúvida, este espaço deve ser aproveitado. Porém, não se trata de "esperar pela Constituinte", trata-se de procurar influenciar em seus rumos. E parece-nos óbvio que a única maneira para isso é a **organização e pressão** dos trabalhadores, do movimento sindical que busca sua autonomia frente ao Estado.

Neste sentido, sabemos que antes mesmo da Constituinte, nova campanha salarial dos canavieiros acontecerá entre setembro e outubro do corrente ano. E é este desafio que está colocado para as lideranças sindicais, para a coordenação das campanhas. Trata-se, ao meu ver, de não ter apenas como ponto de referência os procedimentos utilizados no período recente e que correspondem às possibilidades de luta que se colocavam durante os últimos anos do regime militar, mas incorporar outros que correspondam à atual conjuntura (do ponto de vista da classe trabalhadora) e à diversidade existente hoje no interior do movimento sindical.

Regina Célia Reyes Novaes é professora do curso de mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e colaboradora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.

Deus acampou entre os pobres da terra

José Lourenço Pechtol

‘Deus acampou entre os pobres da terra’ foi o lema da segunda Romaria da Terra do Paraná, realizada, no mês passado, em Laranjeiras do Sul, na diocese de Guarapuava, a 378 km de Curitiba. Os romeiros eram 15 mil, vindos, em 137 ônibus, de outras regiões do estado. Acompanhados por oito bispos e pastores evangélicos, além de agentes pastorais, eles levaram, nos quatro quilômetros da caminhada, uma cruz de madeira, uma barraca de lona, ferramentas e faixas, lembrando os 26 acampamentos de sem terra do Paraná.

Um pouco antes do almoço, os romeiros reuniram-se para fazer uma colheita simbólica de milho. Depois de encherem muitos cestos com as espigas trazidas de suas lavouras, despediram-se de 35 companheiros que viajaram a Brasília para participarem de um jejum de três dias, com 45 agricultores de outros estados, durante a visita do presidente José Sarney ao Papa João Paulo 2.º.

Na praça, o povo utilizou a tribuna livre para denunciar os desmandos do governo, assassinatos de lavradores, ameaças feitas por jagunços, pistoleiros e fazendeiros. A criatividade popular revelou-se nas reclamações, versos, desafios e na mensagem de um camponês que mandou um recado, cantado, para Sarney: “nós, sem terra do Brasil, à espera de solução, que um dia nós teríamos nosso pedaço de chão. Prá nele nós plantar milho, batata e feijão, prá evitar que, um dia, falte alimentação, até em sua mesa, Presidente da Nação”.

Terminada a celebração, o povo recebeu um pouco de terra e uma semente de pinhão, simbolizando a esperança da conquista de um lugar no solo agrícola injustamente dividido.



Aspectos da caminhada e chegada dos romeiros.



Celebração ecumênica de encerramento: padres e pastores (lutaremos) juntos na caminhada do povo de Deus.

fotos: José Lourenço Pechtol

Minha horta, meu altar



Fiz uma horta no meu quintal. Não é grande. Mas tem couve, espinafre, alface, cenoura, ora-pro-nobis, verdura de gente pobre, em Minas, hortelã, manjericão. No muro cresceu um pé de maracujá, que já deu a mais não poder, e agora está secando. É bom ir lá, e ver as coisas crescendo, especialmente depois da chuva, quando elas ficam agradecidas, como dizia o meu pai. É bom ver aquela terra que o esterco fertilizou, tão diferente daquela coisa dura e seca que ela era, antes que o desejo e as mãos a tivessem engravidado. Acho que ela também tem gratidão por se ver assim tão gorda. Mas não são só as coisas de comer. O corpo precisa de mais. O pão é pouco: a vida precisa também de alegrias e carinhos. E foi por isto que plantei coisas boas de cheirar, de ver, de agradar. O heliotrópio japonês, dezenas de cachos roxos, a magnólia, o cajá manga, flor-do-imperador, rosmaninho, camélia vermelha, o manacá da serra. Uma jabuticabeira, pelo cheiro das folhas, o cheiro das flores, o bom humor das jabuticabas. Já pensou nisto, que as frutas têm um humor especial, cada um diferente do outro? Maças e peras são sérias, não contam piadas, e são próprias para aparecerem em reuniões de pessoas graves. Bananas e cocos (exceto as bananas ouro, que são os bobos-da-corte) são, antes de mais nada, chatos, sem assunto. A jaca é uma enorme gargalhada. Enquanto jabuticabas, pitangas, caquis são coisas brincalhonas. Até acho que a fruta proibida, no paraíso, não foi maçã, como muitos dizem, mas foi caqui. Existirá coisa mais erótica? Já as uvas tem um ar de nobreza, combinam com música erudita. Plantei, por isto, uma pitangueira, minha primeira experiência de furto. Quando eu era menino, o vizinho tinha uma pitangueira, carregada de frutinhas vermelhas, que ficavam lá, e ninguém ligava. Pular o muro e ir roubar era demais para mim. Mas preguei uma latinha de massa de tomate na ponta de um cabo de vassoura, e furtei as pitangas, para minha alegria e o sorriso de Deus. Só muito mais tarde descobri que já naquele momento se delineava minha vocação teológica, pois Santo Agostinho fazia o mesmo, só que com umas peras verdes e azedas. Bom é o gosto da fruta proibida. E teologia é bem isto, um desejo de furtar dos deuses os seus bons frutos, disfarçados de poemas...

A produção não é lá grande coisa. Mas a imaginação e a alegria crescem ao ver a terra e as coisas que nela crescem e prometem. Prá mim, aquela horta, que é mais que horta e jardim, é um altar. Altar é um lugar onde os

olhos, ao verem as coisas que se podem ver, vêem também outras, com o olho interior. Ao ver meu jardim e ao ser agradado por suas cores e cheiros, penso que também eu cresço nele. Sou um irmão de couves e jabuticabeiras: meu corpo é um filho da terra. E é por isto (eu penso) que fico tão contente ao vê-la feliz. Fico pasmo ao ver aquelas casas em que os jardins foram substituídos por lajetões. Prá mim é cemitério, e imagino a terra, minha mãe, enterrada, sufocada, cheia de vida, sementes que não podem brotar. As pessoas fazem isto para evitar a sujeira. Terra é sujeira. Já perderam a memória de suas origens. Preferem o cimento, o sinteco, os azulejos, a fórmica: seres hospitalares, que tomam banho em pinho sol, para ter o cheirinho de limpeza. Na minha rua havia um ipê roxo. Um dia passei lá e, para o meu horror, vi que tinham cortado uma cinta na sua casca, volta toda, para que morresse: era como cortar as veias de uma pessoa viva. É que as flores sujavam o chão, e dava muito trabalho varrê-las. Imagino que, se pudessem, plantariam no seu lugar uma árvore de plástico. O ipê está lá, morto, sem folhas. E com certeza a pessoa que o matou está feliz, por não mais ter que varrer a calçada. Mas prá mim terra não é sujeira: é origem, é destino. Nascemos da terra. Somos nada mais que a terra modificada, misturada com a água, com o ar, com o fogo, como pensavam filósofos de muitos séculos atrás. Terra, pedaço do meu corpo, meu corpo além da minha pele, seio em que me alimento, e se ele se secar, eu morro. Pois é, são idéias como estas que me vêm à cabeça quando fico ali diante do meu altar, minha horta, meu jardim...

Tenho direito à terra como tenho direito ao meu próprio corpo: porque a terra pertence ao corpo, o corpo pertence à terra. E até dei ordens para ser cremado, quando morrer, e minhas cinzas serem colocadas na raiz de um ipê amarelo. É que tenho horror aos túmulos, claustrofobia, e desejo ser devolvido, com a maior rapidez possível, à circulação de fertilidade que acontece na terra. Que meu corpo fique semente.

Direito à terra: o problema está em onde se colocam as cercas. Claro que as cercas são necessárias. A pele é uma primeira cerca. Depois, a roupa. E a casa. Não posso ser invadido. Quem diz isto é o meu próprio corpo, que sente, com imensa sensibilidade, sua necessidade de um espaço. Tenho, numa árvore, um

daqueles bebedouros para beija-flores. E um deles já tomou posse. É interessante ver o seu ciúme. Quando aparece qualquer intruso, lá vem ele, como uma flecha, defender a sua água. É a própria vida que determina o círculo de espaço que lhe pertence, que lhe é próprio. Daí, propriedade: aquilo que não me é estranho, que é parte de mim mesmo, que não pode ser tocado sem que eu sinta. O espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem. Os limites da minha terra são os limites de que necessito, para viver. A terra é o meu pão, meu ar, minha água, meu calor. Mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade do seu corpo. E assim fazem aquilo a que Santo Agostinho deu o nome de "formas individuais de bem". Claro que é um bem ter um pedaço de terra. Mas é um bem que é individual, quando se apropria daquele espaço que é necessário para que o outro viva. Um latifúndio é formado com a carne de todos aqueles que são deixados de fora dele. E aí acontece aquela estranha metamorfose. Porque quando a terra é realmente propriedade, algo que é próprio ao corpo, ela está constantemente sendo transformada em vida. Mas, quando a terra é mais do que o meu corpo necessita, ela deixa de ser vida, e se transforma em lucro. Lucro é aquilo que não foi consumido pela vida. Se fosse vida teria que ser consumido, transformado em alimento. Mas é precisamente por causa disto, por não ter sido transformado em alimento, que foi transformado em lucro. E é assim que ele pode ser poupado, capitalizado, sob a forma de dinheiro. Dinheiro é vida transformada em metal. E quanto isto acontece a terra deixa de ser um altar, lugar sagrado, e passa a ser uma extensão do banco, lugar onde o capital se transforma em lucro: os deuses, doadores da vida, se transformam em demônios, comedores de corpos. Daí a violência.

Por isto volto à minha horta, passeio pelo meu jardim: e ali reaprendo lições dos poemas sagradas. Que a terra pertence a Deus, que não temos direito de colocar sobre elas cercas de arame farpado, que ela é sacramento oferecido à vida, e que aqueles que se sentem privados dela, é como se tivessem amputadas partes do seu próprio corpo.

Quem sabe chegará um dia em que o mais belo altar do amor humano será aquele dos canteiros onde crescem as plantas. Ali se aprende, com simplicidade inigualável, as lições mais belas do sagrado, que são lições do valor supremo da vida que é oferecida pela terra...

Uma terra boa

(Êx 3.8)

Milton Schwantes

1) Ontem a luta pela terra fez mais uma vítima. Hoje um metalúrgico em greve foi violentamente espancado pela polícia. Ontem o padre Josimo Moraes Tavares foi assassinado. Hoje Antônio Jesus da Cruz foi agredido a ponto de parar no hospital. O que foi ontem, repete-se hoje. A luta pela terra e por uma vida digna vem de longe. Tentam trucidá-la. Mas ela resiste. Ressuscita. O sonho por uma terra boa e liberta não cessa. Não desvanece. É afogado. Mas sobrevive mesmo que submerso. Avança mesmo que baleado e espancado.

A luta pela terra tem o tamanho da história do Brasil. Quando iniciou a invasão, a partir de 1500, começou a luta pelo solo e por seus frutos. Os povos indígenas foram massacrados aos milhões, porque teimaram em resistir. As riquezas do solo e o direito de nele plantar são apropriados por alguns dentre os invasores vitoriosos. A terra é aprisionada pelo latifúndio. E as pessoas que nele trabalham são feitas escravas. Durante séculos, os irmãos africanos, para cá deportados como escravos fizeram crescer, florir e produzir as terras brasileiras. Mas, o acesso ao chão e a seus frutos lhes foi negada, justamente também após a assim chamada abolição da escravatura. Vieram os colonos imigrantes. Vieram na ilusão da promessa da terra. Alguns receberam-na, outros não. Em todo caso, os filhos destes imigrantes gradativamente se vão juntando aos milhões de sem terra. Sim, nesta nossa história brasileira, a terra não foi de quem nela trabalha. Foi do senhor das armas que destruiu as nações indígenas. Foi do dono de escravos. É de quem tem dinheiro. Nisso reside a prisão da terra. E aí também tem sua razão de ser a luta pela terra.

Poderia parecer que a luta pela terra estivesse sendo provocada pelos povos indígenas, pelos escravos, pelos colonos sem terra. Se assim fosse, a solução seria tratar de acalmar essa gente revoltosa. Aliás, esta sempre foi

a interpretação dada pelos grandes. Mas, ela não confere. Invasores não foram os povos indígenas, mas os colonizadores. Provocador de conflitos é o latifúndio, suas cercas intermináveis, seus jagunços bem armados. Os pobres nem querem estes conflitos. Querem plantar e colher em paz.

Este projeto do povo camponês inúmeras vezes tomou forma, no decorrer de nossa história. Exercitou experiências novas. Testou suas alternativas. As nações indígenas continuam em seus hábitos de uso coletivo do solo e de seus frutos. No Quilombo dos Palmares, os escravos libertos fizeram sua experiência mais duradoura de vida em terra livre. Em Canudos e no Contestado, a gente do campo articulou experiências de grande alcance. Nestes e em outros tantos intentos, os camponeses propuseram suas alternativas, seu anseio quase messiânico por uma terra boa, uma roça livre. O sangue dessas experiências, cruelmente reprimidas, corre nas veias de nossa história. É seu reverso, pouco contado nos manuais escolares em uso.

Esta trajetória dos roceiros de nossa terra tem suas semelhanças com a história que a Bíblia nos conta sobre um povo camponês, escolhido por Deus. Teólogos e pastoralistas nem sempre tiveram olhos para enxergar esta semelhança. Os próprios lavradores a redescobriram. Na medida que se familiarizaram com a Bíblia, verificaram que nela era contada sua vida. E, desde então, a história bíblica anima e ilumina a organização da gente do campo. "É sua melhor companhia", como dizia um cantador popular. Vejamos em que sentido se dá este companheirismo entre a história bíblica e a luta dos sem terra, dos índios, dos posseiros de nossos dias.

2) A Bíblia tem predileção por alguns temas. Nela, certos conteúdos ou pessoas recebem maior atenção que outros. São privilegiados. Primazia é dada ao êxodo e aos profetas, a Jesus e a Paulo. Em cada um destes quatro assuntos centrais, a luta pela terra desempenha papel preponderante.

Adolfo Gerchmann



TERRA NELA

No êxodo, nos é narrada a história de gente recrutada para o trabalho forçado. Os hebreus escravizados pelo faraó não se submeteram a esta condição. Rebelaram-se. Foram em busca da libertação do trabalho forçado. Na força de Deus, alcançaram livrar-se das garras de faraó. Mas aí não se concluía seu projeto. Recém iniciava. A libertação da opressão foi só o começo de um projeto que chega a seu alvo com o assentamento nas montanhas palestinas. A "terra boa" é o objetivo da libertação.

Os profetas ameaçam os soberanos dos tempos do Antigo Testamento. Prevêem o aniquilamento de cortes e cidades, de exércitos e Estados. Opõem-se aos donos do poder. Contestam sem tréguas os "covis de salteadores", isto é, os santuários estatais. Essas suas ameaças inusitadas provêm



PARA QUEM
TRABALHA

do clamor dos camponeses. A opressão, a que os lavradores estavam submetidos, e o engodo idólatra, ao qual estavam expostos através da religião oficial, deram origem às profecias. A vida sofrida da gente do campo é o núcleo dos profetas. Sua fala é a voz da terra cansada de ver lavradores sendo injustiçados.

Em Jesus, renasce esta voz do campo. Cristo tem sua origem entre a gente da roça. Ao seu redor, reúnem-se os mais pobres e sofridos da gente camponesa. São os que o latifúndio escravagista do Império Romano alijara para a miséria. São os que a exportação de alimentos para Roma transformara em magros, famintos, doentes, leprosos. A linguagem desse Jesus de Nazaré vem do ambiente rural. Suas parábolas são tiradas da experiência na roça. Falam do lavrador, do sementeiro, da se-

mente, da colheita. E, enfim, ao ser crucificado, é-lhe imposta a pena que milhares de camponeses, críticos aos desmandos de templo e Império, foram submetidos. Jesus que vem do campo é aniquilado pela cidade. Também em sua vida aflora a luta pela terra.

Vemos, pois, que no êxodo, nos profetas e em Jesus — estes três focos privilegiados da Escritura — está presente a temática da terra. A luta por “uma terra boa” não é um propósito periférico na história bíblica. Sedia-se em seus pontos nevrálgicos. Aninha-se em suas experiências mais densas. Por isso, não é acaso que nosso povo do campo se sente em casa ao ler a Bíblia e ouvir suas histórias. Vêm-nas como companheiras de caminhada.

3) Contudo, convém que não se simplifique. Por mais que se experimente a

Bíblia como companheira, ela nos conta uma história diferente da nossa. Fala de uma realidade específica. Convém que não se nivele. Justamente por isso trato de caracterizar, a seguir, a situação peculiar da terra no mundo da Bíblia.

Nele, cidade e campo antagonizam. A cidade de então não ia muito além de uma fortificação ampliada. Dava abrigo a pouca gente. Tão somente reunia aqueles que detinham o controle do conjunto social, do Estado. A cidade era, pois, a sede do aparelho de Estado: exército, sacerdotes, corte, mercados e similares. Era o abrigo dos opressores.

A ampla maioria da população vivia no campo, em pequenas vilas. Fazia produzir a terra. Viviam do trabalho na roça. Estava organizada em famílias ou clãs. Seguiu, pois, os costumes clânicos e tribais. A cidade a espoliava e a dominava.

Quem detinha o controle da terra, nesta sociedade, em que a minoria cidadina detinha a hegemonia sobre a maioria camponesa? A resposta não é fácil. Por vezes se tem a impressão de que o setor citadino teria as terras em suas mãos (1 Rs 21; Is 5.8). Neste caso, estaríamos num sistema de latifúndio. Os donos da terra seriam os senhores das cidades. Mas, isso parece ter sido algo muito raro. E quando ocorria, chamava tamanha atenção a ponto de receber repúdio geral. Portanto, na sociedade dos tempos bíblicos, a terra não era propriedade de latifundiários sediados nas cidades. A terra estava na mão da gente do campo. Cada clã tinha acesso a um pedaço, suficiente para alimentar o grupo. Esta era a herança do clã. Nela, provavelmente, estavam sepultados os antepassados. Esta herança era inegociável.

Portanto, os próprios camponeses detinham o controle da roça. No mundo da Bíblia, a terra se destinava ao uso de quem a trabalha. Era um espaço de liberdade do clã. Era o símbolo maior desta liberdade das famílias contra os espoliadores citadinos. Pode-se até mesmo dizer que a Bíblia é um dos frutos deste espaço de liberdade, propiciada às famílias e às pessoas pela herança, pela terra sob controle popular.

4) O próprio povo de Deus nasceu desde dentro da luta pela terra. A questão agrária está no berço de Israel. Os estudos históricos mais recentes comprovam-no de maneira bastante detalhada.

Coloquemo-nos no 13º século antes de Cristo. Na época, a Palestina era

controlada pelos egípcios. Era uma espécie de colônia faraônica. Contudo, esta dominação egípcia se restringia às planícies, pois, naqueles tempos, só elas estavam habitadas. Nessas planícies, o império faraônico espoliava a população através das cidades fortificadas. Eram cidades cananéias. Cada uma delas tinha um rei. Todos estes soberanos cidadãos locais eram controlados pelos egípcios, a grande potência que a todos subjugava com seus carros de combate. Tanto a exploração colonialista dos egípcios quanto a dos soberanos locais recaía sobre os colonos. Pagavam tributos cada vez mais pesados. Na roça, a vida se tornava insuportável.

Neste contexto, formou-se Israel, no

final do 13º século. Israel se constituiu nas montanhas palestinas, onde até então predominava a mata. Para os exércitos egípcios, as montanhas ficavam inacessíveis; não havia estrada para seus carros de combate. Nas montanhas, foram-se agrupando aqueles que, de uma ou de outra maneira, haviam sofrido sob a opressão dos faraós e dos soberanos locais. Para lá afluíram os hebreus libertos através de Moisés, no Egito. Juntaram-se os grupos de pastores semi-nômades que, nas estepes, sobreviviam como retirantes. Para lá subiram os colonos cananeus, espoliados e endividados nas planícies. Estes retirantes, escravos libertos, hebreus foragidos, enfim estes camponeses empobrecidos deram ori-

gem às tribos, a Israel. Este Israel entendeu-se em antagonismo a Canaã e ao Egito. Lá mandavam reis e soberanos. Lá imperava a extorsão. Aqui mandava o clã. Aqui os lavradores detinham o poder. Portanto, Israel vem da luta pela terra. É uma semente que germinou, nasceu e floresce. Anima-nos. Serve-nos de memória. Recordamo-la com alegria. De faraós e soberanos ninguém se lembra com saudade.

5) O apóstolo Paulo aparentemente diz pouco sobre a questão da terra. Afinal, seu âmbito de atuação foram cidades: Antioquia, Éfeso, Atenas, Roma, etc. Suas cartas tratam de assuntos surgidos neste contexto. E aí seria de estranhar, se tratassem da problemática da gente da roça.

A pergunta é se podemos encontrar no apóstolo Paulo enfoques correspondentes ao que no restante da Bíblia representa a terra. É evidente que existem muitos pontos em comum. Gostaria de chamar a atenção em especial para um.

Comparável ao que, em outras partes da Bíblia, representa a temática da terra é, no apóstolo Paulo, a questão do corpo. Em sua teologia, a defesa do corpo desempenha um papel preponderante. Entenda a igreja como corpo. Nele os diferentes membros desempenham distintas funções, sendo a defesa das partes mais fracas sua tarefa principal. Na eucaristia, o conceito do corpo vem a ser central. Afinal, todos participam do mesmo corpo. Por isso, o apóstolo insiste em que os pobres e escravos, que costumavam chegar atrasados para as celebrações, não fossem postos de lado. Além disso, o corpo da gente é entendido pelo apóstolo como santuário do Espírito Santo. Desse jeito o corpo passa ser sobremodo dignificado. E, por fim, Paulo inclusive insiste em falar e descrever a ressurreição do corpo.

Pode-se, pois, perceber, nestas alusões, quão relevante é o conceito do corpo para a teologia paulina. Penso que aquilo que o apóstolo diz sobre o corpo é comparável ao que outras partes da Bíblia dizem sobre a terra. Tanto a terra quanto o corpo são defendidos. São dignificados.

Poderia um lavrador viver sem acesso à terra? Poderia um operário viver sem acesso ao que produziu?

Milton Schwantes é Professor da Faculdade de Teologia (S. Leopoldo) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Julio de Santa Ana

Pão, Vinho e Amizade

Meditações do conhecido teólogo metodista sobre a Eucaristia.

Enriquecido pelas experiências ecumênicas e pela prática eclesial das Comunidades de Base, o autor reflete sobre esse ponto tão central para a fé cristã. E traz à tona a riqueza de sentidos que a Santa Ceia possui.

Sobretudo com a emergência dos pobres como atores de primeiro plano no desenrolar das lutas que conduzem ao Reino. "Na mesa há pão e vinho. Em torno dela há uma comunidade de amigos".

Faça seu pedido através de cheque nominal para o **CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação** Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

LANÇAMENTO



145 páginas
Cz\$ 65,00

CADERNOS DO CEDI

Canaveiros em greve.....	Cz\$ 20,00
Educação popular: Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cz\$ 20,00
Sexta Assembléia do CMI.....	Cz\$ 20,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia.....	Cz\$ 20,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo.....	Cz\$ 20,00
Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 — Javari.....	Cz\$ 35,00
Volume 3 — Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o **CEDI** (Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP)

A nova ordem constitucional e a propriedade da terra

Maria Angélica Gentile

Neste ano de 1986, em que serão eleitos os representantes dos diversos segmentos sociais para elaborar uma nova Constituição, isto é, o texto forma de lei que irá conter todas as regras que traçarão o perfil que a sociedade deverá assumir, e não o que realmente possui, uma série de questões nos assaltam:

— O que se pretende com uma nova Constituição?

— Quais as mudanças desejadas?

— Como atuar para influir decisivamente nesse processo de elaboração constitucional?

— É importante ou não ver inseridas na Constituição as medidas que possibilitem uma transformação da atual ordem político-social vigente?

Há uma questão preliminar a todas essas indagações que não pode ser esquecida: as regras do jogo para as eleições constituintes que se avizinham já foram previamente traçadas de modo a esvaziar ao máximo a participação popular no processo eleitoral. Assim, os pequenos estados do Nordeste e os do Norte, onde predominam as forças sociais comprometidas com o PDS e, por consequência, com a manutenção do *status quo* vigente, têm garantido um maior número de representantes na Assembléia, em detrimento dos estados do Sul-Sudeste, com maior número populacional, e onde as camadas populares atingiram um maior grau de organização, e conseqüentemente, uma maior capacidade de participação na vida política social brasileira. São eleições em que aqueles que se dispuserem a pleitear uma cadeira na Constituição terão de gastar vultosas somas em dinheiro.

A par desses fatores já existentes, não podem as amplas massas empobrecidas e marginalizadas socialmente acolher grandes expectativas com relação à nova ordem constitucional a ser elaborada, posto que pequena será

a representação popular na Assembléia Constituinte.

Não obstante esses fatos, uma Constituição reflete sempre a correlação entre as diversas forças sociais não apenas no momento da escolha dos grupos sociais que estarão representados na Assembléia, mas também no momento em que a Constituição está sendo elaborada. Daí, forçoso é de se concluir que, a despeito da desigualdade que se dará entre representados e representantes, cumpre colocar o debate constitucional no terreno das necessidades básicas e inadiáveis da maioria da população, de molde a se conseguir imprimir as regras fundamentais que possibilitem o estabelecimento de uma sociedade menos desigual, capaz de permitir uma realidade menos injusta.

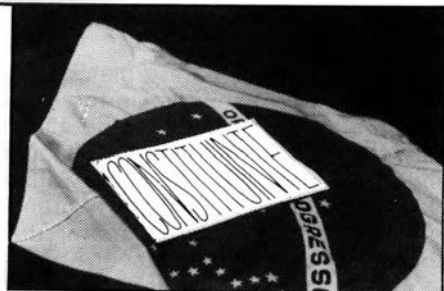
O ALARMANTE DESEQUILIBRIO SOCIAL

O Brasil vai bem, a população vai mal. Somos a 8ª economia do mundo,

e um dos países com registro de maior índice de pobreza absoluta.

Cada vez mais as desigualdades entre classes, setores e regiões do país se acentuam. Constituímos uma nação em que são desatendidas as exigências biológicas mais elementares, a saber, alimentação, saúde, habitação.

Um dos grandes fatores responsáveis por essa desigualdade social reinante é, sem dúvidas, a estrutura fundiária concentracionista, que nas últimas décadas atingiu níveis alarmantes. Os estabelecimentos rurais com mais de 10 mil hectares aumentaram em número e área: em 1950, eram 1.611 e controlavam 45 milhões de hectares. Em 1980, passaram para 2.510 e controlavam 64 milhões de hectares. A política desenvolvida no setor agrícola pelos governos autoritários dos últimos 20 anos, priorizou a produção dos produtos agrícolas ditos nobres, destinados à exportação para captação de divisas no mercado externo, em detrimento da



João Roberto Ripper/F4



Cumprir o debate constitucional no teatro das necessidades básicas e inadiáveis da maioria da população.

produção agrícola para o mercado interno. Os incentivos fiscais foram assim destinados à produção do álcool, da soja, do cacau, e não do feijão, do milho, do arroz, da mandioca. Faltam os alimentos básicos para a grande maioria da população carente, mas existem excedentes de álcool.

A especulação fundiária transformou a terra em mercadoria destinada a propiciar lucros altos e rápidos à custa

da expulsão, via de regra violenta, dos pequenos agricultores posseiros, parceiros e arrendatários. O contingente de mais de 7 milhões de assalariados rurais, submetido a níveis intoleráveis de miséria, não consegue sequer a garantia da remuneração mínima de suas tarefas (corte da cana, colheita da laranja, do cacau, da castanha), e dos mais mezinhos direitos trabalhistas e previdenciários.

A PROPRIEDADE DO SOLO AGRÍCOLA E A CONSTITUIÇÃO

Encontra-se, portanto, na ordem do dia, a adoção de medidas que possibilitem uma organização social menos desigual, menos injusta, que venha a dar identidade às grandes massas populacionais marginalizadas.

Todavia, as verdadeiras normas que venham a possibilitar a transformação social que todos anseiam, de modo a assegurar a um maior número de brasileiros uma vida digna, deverão contar de Programas Específicos nas áreas econômicas e sociais e não da Constituição, cujas normas, via de regra, são programáticas e não auto-aplicáveis.

Isso não afasta a imperiosa necessidade de se traçar na Constituição as regras fundamentais que possibilitarão que a propriedade da terra seja capital produtivo de interesse nacional.

Logo, a propriedade do solo agrícola deverá necessariamente obedecer aos seguintes limites:

- 1) A sua aquisição sob a forma individual e nas dimensões necessárias à manutenção do agricultor e sua família;
- 2) Nos casos em que a propriedade privada não é condição da dignidade da pessoa humana, será desapropriada, seja latifúndio ou empresa rural;
- 3) O limite máximo para aquisição da propriedade do solo agrícola será de 500 hectares, respeitando sempre o módulo mínimo para cada região;
- 4) Em todos os casos de concentração abusiva da terra, ou de sua aquisição por qualquer meio fraudulento, descarte qualquer indenização na desapropriação;
- 5) O valor da indenização da terra e das benfeitorias, nos casos em que for cabível, será sempre aquele declarado pelo proprietário para fins de pagamento do imposto, e será sempre feito através de títulos da dívida pública, resgatáveis em 20 anos;
- 6) Dar-se-á a perda sumária da propriedade do solo agrícola por seu abandono por mais de cinco anos;
- 7) É vedada a aquisição do solo agrícola por estrangeiros;
- 8) Tanto a União como os estados poderão desapropriar terras para fins de Reforma Agrária.
- 9) Estatização de todos os cartórios de registros de imóveis.

Maria Angélica Gentile é advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu e do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual **Cz\$ 30,00**

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação**
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 50,00 ☐

Assinatura de apoio:

Cz\$ 100,00 ☐

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação** — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Crônicas de uma tragédia que podia ser evitada

OS FATOS

— Na madrugada de 18 de junho, quarta-feira, ocorrem motins e tomadas de reféns em três penitenciárias de Lima, protagonizados pelos presos políticos.

— O Conselho de Ministros, presidido pelo presidente Alan García, decide encarregar o Comando Conjunto das Forças Armadas da restauração da ordem nas penitenciárias.

— Na prisão de Santa Bárbara, intervem a Guarda Republicana. As reféns são libertadas, e seis presas ficam feridas, das quais, segundo informações, duas acabam morrendo. 54 das 70 internas são transferidas para Chorrillos e Ica.

— Na noite de 18 para 19, tropas do Exército, em conjunto com a Guarda Republicana, executam intervenção em Lurigancho, resultando na morte de todos os internos do pavilhão industrial (124, de acordo com informação oficial). O refém sai vivo. Correm rumores de que dezenas de detentos foram fuzilados, apesar de terem se rendido.

— Em El Frontón, a operação é feita

pela Marinha, o pavilhão azul é bombardeado até a quinta-feira, 19, pela tarde. Rendem-se 30 internos e são os únicos sobreviventes. Dos três reféns, dois se salvaram. Há informações de 30 mortos, porém veicula-se que muitos outros permanecem sob os escombros. Segundo informações diversas, haveria cerca de 200 detentos nesse pavilhão.

— Em todo esse processo de intervenção militar, não estão presentes nas penitenciárias as autoridades civis (juízes, fiscais, diretores das prisões). As penitenciárias são declaradas zona militar restrita, e nem as autoridades civis, nem a imprensa têm acesso. As informações procedem do governo, através de comunicados oficiais. Os dois primeiros comunicados são emitidos pelo governo, os de números 3, 4, 5 e 6 pelo Comando Conjunto das Forças Armadas. O último, sem número, assinalando excessos, pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Não há pronunciamento do Ministro da Justiça.

— A Comissão de Paz nomeada pelo governo ofereceu sua mediação. Mas

não lhe foi permitido o ingresso em Lurigancho na quarta-feira, dia 18. Em El Frontón, a Comissão se dirige aos prisioneiros a uma distância de 40 metros, e em Santa Bárbara recebe um comunicado das detentas, porém não há negociação nos dois casos. As operações militares são iniciadas logo depois.

REAÇÕES

— Na noite de quinta-feira, 19, informa-se por rádio e televisão que a ordem foi restabelecida nas penitenciárias, sendo indicados 30 mortos em El Frontón. São transmitidas entrevistas com pessoas nas ruas, as quais, em sua maioria, aprovam as ações. Mais tarde, um comunicado oficial informa sobre 124 mortos em Lurigancho e duas em Santa Bárbara.

— Na sexta-feira, dia 20, a imprensa publica cifras que vão de 159 (La República) a 250 mortos (El Comercio), embora editoriais falem de várias centenas de mortos (Expreso, El Comercio). Em geral, o tom é o de que as ações militares eram a única saída, ainda que



Concha Cubero

Pavilhão da prisão de San Pedro, em Lima, onde estavam recolhidos cerca de 260 militantes do Sendero Luminoso.

Tropas cercam
o presídio feminino
de Santa Bárbara,
na capital peruana.



se lamente a elevada quantidade de mortos.

— No sábado, 21, aparecem declarações de diversos setores, uns aprovando as ações militares (porta-vozes da APRA, PPC, AP, CONACO) e outros em desacordo (IU, professores de Ciências Sociais da Universidade Católica).

— Na noite de sábado, veicula-se um comunicado do governo, dizendo que em Lurigancho haviam sido cometidos excessos, e que haverá investigação e penalidades para os responsáveis.

— Vários jornais (El Nacional, Expreso) protestam contra a inspeção no El Nuevo Diario. O prefeito de Lima afirma que o governo não autorizou a medida. No domingo, 22, à noite, não é emitido o programa "Uno más Uno", do canal 9, por interrupção nas transmissões.

— No domingo, La República destaca excessos, em primeiro plano.

— Na segunda-feira, 23, há mais reações. A imprensa publica comunicado da Internacional Socialista, expressando preocupação pelo número de mortos e pelos métodos utilizados, e apoiando a investigação anunciada pelo presidente García.

— El Comercio publica, no mesmo dia, Carta Aberta de Mario Vargas Llosa a Alan García, refletindo sobre a "montanha de cadáveres" em que resultaram as operações militares, que poderiam e deveriam ter sido evitadas. O escritor considera que a matança é moral e legalmente injustificada, de maneira especial a de muitos seguramente inocentes. Também considera grave a ausência de autoridades civis e o fechamento do Nuevo Diario. Afirma que os

fatos foram um terrível erro, de consequências incalculáveis, e diz que não pode ocorrer o suicídio da democracia nem uma "bordaberização" do país (referência ao ex-presidente Juan María Bordaberry).

— A revista Caretas, em editorial de 23 de junho, assinala que o governo perdeu a serenidade ante um motim e decidiu terminá-lo em um dia, sublinhando que "o grave e repelente está em como a força foi aplicada", e em "como foram exterminados deliberadamente todos os 126 detentos do pavilhão industrial da Penitenciária de Lurigancho, sem que tenha ficado um só sobrevivente". Atrocidade deliberada, afirma, indiscutível e sem paralelos nem sequer na Argentina. Fala em "operação de extermínio" e assinala que seria "cumplicidade terrível" não punir aos responsáveis. Menciona também que o Peru não parece estar ainda horrorizado com os fatos, porém que

estes repercutiram na imprensa liberal do mundo e na Internacional Socialista. E declara que a maneira argentina não é a melhor nem a única de acabar com o terrorismo.

Em outra seção, Caretas repudia os métodos empregados e menciona vários outros procedimentos com quais tanta morte poderia ser evitada.

— A 24 de junho, terça-feira, o episcopado peruano se pronuncia, assim como os movimentos leigos. O arcebispo de Lima pede autorização para que os agentes pastorais possam entrar nas prisões.

— No mesmo dia, o presidente Alan García, em mensagem à Nação, afirma que as Forças Armadas cumpriram ordens do governo e que por isso ele apóia "a severidade da ação praticada pelo Comando Conjunto"; porém que em Lurigancho a Guarda Republicana matou a 30 ou 40 (fontes não oficiais falam em 60) detentos, quando já estavam indefesos e se haviam rendido, e que isso constitui um crime que não podia ser silenciado. E anunciou que havia ordenado a prisão e as ações judiciais cabíveis a todos os chefes de tropa da Guarda Republicana que "procederam brutalmente ao aniquilar aos subversivos".

— A imprensa internacional reagiu fortemente. Rádios como a Voz da América, e a BBC de Londres, condenaram os fatos. Jornais também, entre eles, The New York Times, através de editorial.

(Extraído do boletim Informativo, do Instituto Bartolomeu de Las Casas (Rimac) e do Centro de Estudios y Publicaciones, Lima Peru)



Ainda há tempo

Extratos de um artigo do padre Gutiérrez, um dos expoentes da teologia latino-americana, sobre o amotinamento e massacre dos presos políticos no Peru. Foi publicado inicialmente no jornal "La República", no dia 25 de junho, de onde o boletim "Informativo" extraiu e publicou os trechos centrais.

Gustavo Gutiérrez

Nós, peruanos, vivemos estes dias sob o peso de acontecimentos a que assistimos com dor e horror. Conforme as horas passam, cresce a convicção de que estamos atravessando uma hora sombria de nossa história. Um momento carregado de lamentáveis realidades e de piores previsões. Abordar de forma breve o ocorrido seria um grave perigo. Aumentar ou diminuir, por exemplo, em um ou vários dígitos o número de mortos nas prisões — e em todo este triste tempo de violência desencadeada — não muda qualitativamente o fato de fundo do qual não parecemos tomar consciência no país: as mortes de seres humanos não podem ser somadas, não são cifras adicionadas, cada vida tem um valor infinito. Para um cristão a existência humana, toda a existência, é sempre um dom do Deus no qual cremos.

Começamos a estar, se já não estamos, envolvidos em um círculo infernal de violência, de desprezo pela vida humana, de desrespeito aos mais elementares direitos da pessoa.

Uma miséria secular, uma injusta e cruel ordem social e

econômica, o desdém pela dignidade humana de uma grande parte de nossa população configuram não apenas uma situação que repudiamos sem restrições, mas constituem também um permanente caldo de cultura a todo outro tipo de violência.

O ocorrido nestes últimos dias constitui uma triste vitória para os polos extremos do leque de posições hoje existente no contexto nacional. Afirma-se assim um processo em que eles tendem a resultar como os únicos interlocutores com direito à voz na cena política. Se estes extremos triunfassem, todo o resto não contaria, o espaço civil e democrático seria supérfluo, e os grupos sensíveis aos valores humanos não teriam opção histórica. Isso é o que não podemos admitir.

Nos fatos de Lurigancho e El Frontón não só tem de haver uma investigação sobre os excessos cometidos dentro de uma nação que se pretende válida. Além disso, e sobretudo, terão que ser examinadas as razões que levaram a uma ação que nos parece em si mesmo um excesso, um uso desproporcional do poder de destruição.

Não podemos nos resignar à camisa de força que se quer impor ao país. Contudo, é possível escapar do beco sem saída em que estamos entrando. Cremos em que existem os recursos humanos e meios necessários para que o consigamos.

Não haverá convivência humana e democrática se a fome de pão não desaparece

como pedia João Paulo II durante sua visita à Vila El Salvador, se não se tira do esquecimento a porções inteiras da nação, se não acabam os injuriosos privilégios de alguns, se não se respeita a dignidade de cada pessoa. O mal tem de ser atacado pela raiz.

A luta pela justiça deve ser desenvolvida, ao mesmo tempo em que se reivindica a liberdade, não de uma minoria, ou de uma maioria, mas sim de todos. É necessário defender a vida democrática que, por imperfeita e frágil que seja, torna viável a proposta e a discussão de fórmulas alternativas para a construção de uma sociedade transformada. A todos, e em especial aos setores populares, custou muito conquistar esta possibilidade, e não podemos permitir, por isso, que ela se frustrasse. Ambos esforços — pela justiça e a liberdade — supõem um respeito pelos valores humanos que não podem ser abandonados nem sequer ante quem os viola, disseminando o terror e a morte.

Urge apelar a todas as forças sinceras do país, elas se encontram nos diversos setores de nossa sociedade, a fim de ser conquistado um consenso nacional no repúdio a toda forma de violência inumana e em favor da vida e da paz. Este compromisso não será fácil, a tarefa adiante é imensa e o custo pessoal pode ser muito alto. Para o cristão é claro, entretanto, que a vida, e não a morte e seus aliados, tem a última palavra; isso torna viva a nossa esperança e mais forte a fome de Deus.



Há Teologia da Libertação na África e Ásia?

Enrique Dussel

Quiseamos expor com ponto de interrogação a questão que nos pediram para desenvolver, a fim de podermos explicar até que ponto ou limite ela existe e até que ponto não existe. Para tanto é necessária uma introdução que mostre as semelhanças e diferenças entre a América Latina (continente onde nasce a Teologia da Libertação) e a África e Ásia, com processos próprios e de grande importância.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS CONTINENTAIS

Desejamos, em primeiro lugar, esboçar sucintamente as semelhanças e diferenças que temos podido observar no já longo diálogo de dez anos (nos reunimos exatamente em 1976, em Dar-es-Salaam, Tanzânia) entre a África, a Ásia e a América Latina na Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (EATWOT).

a) Semelhanças — As teologias da África, Ásia e América Latina têm muitos elementos em comum. Em primeiro lugar, são teologias de mundos culturais de alto desenvolvimento (ao menos em muitos dos seus povos, tais como as culturas da China, sudeste asiático, Índia, mundo árabe, as culturas da Etiópia e da estepe africana ao sul do Saara, as etnias Banto, os impérios astecas, as confederações maias, chibchas, o império inca), embora também tenha havido culturas de meros

plantadores animistas e até comunidades nômades de colhedores e caçadores. Estas altas culturas sobrevivem até o presente. Por outro lado, são mundos culturais complexos e com autonomia relativa (como o mundo árabe), mais autônomos (como a Índia ou a China) ou absolutamente independentes (como os astecas ou incas) Isso criou personalidade própria para o cristianismo quando este consegue a sua emancipação junto a suas pátrias respectivas.

A presente semelhança, não só no nível sócio-político ou econômico mas também cultural, científico ou eclesial, é o haver sido (desde o século 16 ou 19, conforme o caso, para a América Latina, África e Ásia portuguesa; até o século 19 para a África belga, inglesa e francesa) colônias das cristandades européias centrais (Espanha, Portugal, Holanda, Inglaterra, França e, posteriormente, Estados Unidos). Sociedades dependentes culturalmente e exploradas em seu trabalho cotidiano (também economicamente). Culturas que de "centrais" e autônomas (ecumênicos independentes) transformaram-se em mundos "periféricos". Esta é a realidade semelhante do Terceiro Mundo, hoje subdesenvolvido (tecnologicamente), dominado (neocolonial e politicamente), alienado (cultural e cientificamente), paternalisticamente controlado (eclesialmente).

Todo esse Terceiro Mundo tem o sentimento subjetivo que os teólogos coreanos do *Minjung* (a massa-povo

sujeito da história) denominam *han*: espécie de "raiva", "humilhação", "ressentida impotência" mas, ao mesmo tempo, de vida e potência criadora do povo que espera poder comer, ter casa, educação, libertação ...

b) Diferenças — A América Latina, emancipada politicamente no começo do século 19, é uma raça e cultura mestiça: parte índia, parte européia, parte negra. Os habitantes autóctones, os imigrantes conquistadores ou europeus empobrecidos e os escravos negros trazidos da África. Asiáticos de origem (todos os habitantes da América vêm da Ásia), europeus e africanos. Basta caminhar por uma rua de São Paulo ou do México para encontrar essa "mestiçagem" universal (a "raça cósmica" de que nos fala o mexicano Vasconcelos). Porém este mundo "mestiço" é de uma Cristandade hispano-luso-americana. Praticamente a totalidade de seus habitantes é cristã (se podemos falar em "ser-cristãos", contra o que se insurgiria Kierkegaard crítico e enfadado).

A África, com seu mundo árabe sobre o Mediterrâneo e avançando até o sul do Saara, a antiga Etiópia (Cristandade ortodoxa do 4.º século), a África negra de dependência inglesa, francesa, belga e portuguesa, e, ao sul do Zambeze, Zimbábue e a África do Sul tão diferentes. Independentemente muitas dessas nações depois da guerra (1945) e com a crise própria da "organização nacional" (que a Europa viveu a partir



do século 16 e a América Latina desde o início do século 19). Com um cristianismo crescente ante as religiões tradicionais (que com exceção do Islã são religiões regionais, locais, tribais). Vigorosa personalidade cultural, debilidade institucional das novas elites africanas no poder dos novos Estados (agora a dominação nacional está em mãos de homens da mesma raça, cultura, língua). Uma Igreja com desenvolvido sentido de sua dignidade, da necessidade de uma liturgia própria, de uma teologia africana.

A Ásia, com 54% da população mundial e onde os cristãos são apenas 2,3% aproximadamente, dá ao cristianismo um sentido da "humildade" que falta na Europa ou na América Latina, onde um certo "triumfalismo" faz esquecer que a religião de Jesus é só uma das religiões do mundo. O hinduísmo (principalmente na Índia), o budismo (desde Sri Lanka mas absolutamente majoritário na Tailândia, por exemplo), o confucionismo (na China), o islamismo (do Marrocos até Mindanao nas Filipinas, que foi a única religião universal até o século 16) situam o cristianismo como "minoria" estrangeira, europeizante, recordação da época colonial. As grandes revoluções asiáticas (China, Vietnã, etc.), a presença no norte da URSS, os "populismos" como o Congress Party da Índia (onde a burguesia nacional domina a imensa população sofridora e miseravelmente empobrecida). Um cristianismo com dois pólos de atração: as Filipinas, majoritariamente cristã, e a Índia pelo número e profundidade de seus cristãos. O Japão é importante, porque é o cristianismo implantado num país asiático desenvolvido.

De qualquer modo, o "eclesiocentrismo" que parecia impetrar na "restauração" do estilo tridentino que alguns interpretam como o espírito do recente Sínodo Romano de dezembro de 1985 não é compatível com um Terceiro Mundo que necessita uma "Igre-

ja dos Pobres" ao serviço daqueles miseráveis, roubados e explorados como o que o samaritano encontrou à beira do caminho.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA ÁFRICA

Na África podemos encontrar como que três momentos na história recente da teologia.

a) Primeiro momento — Nosso amigo Ngindu Mushete mostra bem os dois primeiros momentos em seu trabalho *The History of Theology in Africa*. É necessário, evidentemente, partir das brilhantes religiões tradicionais da África com seu vigor vital e espiritual, ou a reflexão de John Mbiti sobre *Concepts of God in Africa*. Do ponto de vista teológico é o tempo da "Teologia missionária" (*extra ecclesiam nulla salus*): a partir das missões portuguesas do século 16. A "teologia da implantação" da Igreja, desde 1920 aproximadamente, começa a ser uma crítica à teologia das conversões partindo de uma eclesiologia da Igreja local (na escola francesa temos P. Charles, P. Seumois, A. Mulders; na Holanda E. Löffeld; etc.). De qualquer modo, o "colonial factor" é determinante.

b) Segundo momento — Uma enorme renovação foi vivida na África depois da *All Africa People's Conference* em Acra, em 1958 — ao nível político — e da *All Africa Church Conference* em Kampala, em 1963. Se a isto somarmos a renovação produzida na Igreja Católica pelo Concílio Vaticano 2º (1962-1965) e a antiga declaração de *Desprêtres noirs s'interrogent* (1956) veremos surgir os grandes temas teológicos que, em muitos casos, são os atuais. A emancipação política das metrópoles européias coloniais produz necessariamente o "nacionalismo africano" e, por ele, o tema do "nacionalismo" na teologia: a indigenização, a afirmação da identidade cultural como tema central. Isto significa o tema "cultura" e "religião tradicional" e

"teologia" como questão essencial — no plano da organização das igrejas, da vida litúrgica e dos símbolos, a dança nos ritos, a língua autóctone na vida eclesial, a história das igrejas nacionais. Enfim, uma "teologia africana" nasce na origem das novas nacionalidades e Estados. Daí o *Moratorium* missionário de Burgess Carr (1961) como chamado de atenção ao respeito à África.

Esta problemática é atual e tem uma importância maior. Cultura e teologia são temas centrais na África, Ásia e América Latina: ninguém pode descurar deles nem esquecê-los.

c) Terceiro momento — Pensamos que, de modo geral, tem passado despercebido um terceiro momento que não ocorre simultaneamente em todos os países africanos e que em muitos deles ainda não se fez presente. Depois da emancipação anticolonial vem o momento da organização nacional e da institucionalização do Estado. Com o passar dos anos estes novos Estados devem optar por alguma das alternativas possíveis. Ou o capitalismo dependente e periférico (a maioria deles), ou o socialismo (apenas Angola, Moçambique e Etiópia). Por sua vez a África do Sul, sob o domínio dos brancos, tem um desenvolvimento industrial muito mais avançado que os outros países do sul do Saara. Agora é que pode surgir — ante o desgaste do entusiasmo do nacionalismo anticolonial, ante às novas burocracias agora africanas, ante à corrupção, à exploração, às novas estruturas africanas de domínio interno (articulado com o novo neo colonialismo euro-norte-americano) —, e às vezes surge, uma Teologia da Libertação. Muitos teólogos da segunda geração não podem acompanhar essa mudança. Permanecem ligados às novas burocracias no poder. Nas palavras de Jean-Marc Ela:

"A superexploração dos trabalhadores e o silêncio da oposição são as condições de sobrevivência da burocracia administrativa cuja função se reduz,



ordinariamente, a manter a ordem pública. Qualquer oposição cria um estado de insegurança para os burocratas que, depositando sua confiança nos regimes estabelecidos, deles se aproveitam e auferem muitas prebendas. Nos territórios submetidos à dominação do capitalismo estrangeiro, o Estado neocolonial, que precisa da ajuda externa para pagar regularmente aos seus funcionários, não pode admitir a menor oposição (...) O estado neocolonial disputa ao homem o direito da oposição num contexto em que as economias estrangeiras beneficiam uma casta privilegiada. Esta é a verdadeira situação que hoje reflete o problema da tortura na África Negra". (*Le crie de l'homme africain*, Paris, 1980, p.93)

Surge, assim, uma Teologia da Libertação na África: "O que é certo é que uma leitura do Êxodo é necessária, hoje, nas comunidades cristãs da África". (*Ibid*; p.51)

Essa Teologia da Libertação africana não vem imposta da América Latina. Nada tem a ver. É uma teologia que surge na África por encontrar-se esta numa posição sócio-política e econômica dependente e periférica do mesmo capitalismo central (euro-norte-americano). É claro que nem todos os teólogos descobrem esse estado de dependência. Tal como na América Latina, muitos culpam o marxismo de criticidade desta teologia. A sua criticidade procede da miséria do povo africano, agora explorado por burocracias neoburguesas africanas (como no Zaire, por exemplo). Escreve o teólogo Camarún:

"A dependência das economias africanas é usada pelo capitalismo mundial em benefício de uma minoria de privilegiados. A política de desenvolvimento adotada pela maioria dos países africanos tende a se reduzir às grandes sociedades fazendo despejar nestas vultuosos lucros, em geral repatriados às regiões de onde vem o capital. (...) A situação das massas (do povo) se deteriora ao mesmo tempo em

que essas empresas prosperam, enquanto os membros da classe dirigente constituem para si escandalosas fortunas pessoais colaborando para a exploração neocolonial." (*Ibid.*, p. 81)

Dessa miséria articulada com a exploração neocolonial-capitalista surge uma Teologia da Libertação africana:

"Na África Negra — não no passado colonial, mas hoje — as tarefas do Evangelho se inscrevem numa região do mundo onde os poderes do dinheiro decidiram fazer deste território da humanidade uma reserva de escravos e de mão-de-obra barata. Para as Igrejas, a resposta a essa situação é muito clara: todos os dias, em nome do Evangelho, escrever a história da libertação efetiva dos oprimidos." (*Ibid.*, p. 166)

Não é difícil, tampouco, entender a situação que faz nascer, ao mesmo tempo, uma "teologia negra" e de "libertação" na África do Sul. Existindo um poder repressor "branco", muitas das reflexões norte-americanas sobre a "black theology" — anti-racista — são muito pertinentes ante o racismo do *apartheid*. Ao mesmo tempo porém, por serem africanos de um país dependente capitalista, se conhece a causa sócio-econômica e política da discriminação racial. É uma "black and liberation theology" num país capitalista do Terceiro Mundo Africano. As obras de Manas Buthelezi, do bispo Desmond Tutu ou do teólogo da libertação Allan Boesak respondem a sua situação concreta, mas especial, da África.

No presente, pois, não poderão faltar as tensões entre a tradicional "teologia africana" — herdeira da problemática da pós-emancipação anticolonial — e a nova "teologia da libertação" africana — crítica dos Estados neocoloniais e do capitalismo dependente agora africano e explorador do próprio povo da África: agora o inimigo está dentro. Por isso, tal como na América Latina, muitos criticarão a Teologia africana da Libertação de ser marxista e, neste caso, a antiga "teologia

africana" será populista: defenderá a nova burguesia nacional que oprime o povo africano em nome da cultura africana, nacional, indígena, mas que na realidade oculta sua função de ser meio da exploração do capitalismo central euro-norte-americano. A questão está levantada e os desenvolvimentos futuros nos mostrarão os sucessivos desenlaces.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA ÁSIA

A situação asiática é muito diferente. Contudo, de forma esquemática, poderíamos igualmente pensar em três momentos.

a) Antes da emancipação colonial —

A Ásia é um continente de teologias, desde as invasões dos ários na Índia em 1500 a.C., e o Rig-Veda é um testemunho dessa riqueza. Desde a presença dos portugueses, especialmente com Francisco Xavier e posteriormente com Ricci e Nobili, houve uma rica teologia missionária. Entretanto, desejamos referir-nos a tempos recentes. Houve uma época de fermentação do que M.M. Thomas chama de "Theology of Nationalism". Na Índia, por exemplo, C.F. Andrews publicava em 1907 "The Ideal of Indian Nationality". Com ele, S. K. Ruda, S. K. Datta ou K. T. Paul constituíram uma geração até a chegada de Marcus Ward, *Our Theological Task* (Madras, 1946). Era a tentativa de uma "Indigenous Theology". O mesmo se pode encontrar em outros países asiáticos, como nas Filipinas depois da crise da Igreja Anglicana Independente que se após à ocupação americana.

b) Renovação teológica com a emancipação —

Após a guerra mundial, com a sucessiva libertação nacional das colônias das metrópoles europeias (ou japonesa em alguns casos), a teologia tenta libertar-se da "teutonic captivity" — particularmente os protestantes — e da "escolástica



romana" — os católicos. Em 1949 as Igrejas protestantes se reúnem em Bangcoc para refletirem sobre a posição do cristianismo na revolução social. Em Kuala Lumpur, em 1959, a East Asia Christian Conference (EACC) vai discernindo a função das Igrejas na realidade asiática. M. M. Thomas exclamou:

"Há um consenso geral dentro das Igrejas no sentido de que Deus em Cristo está presente na revolução asiática e de que a sua vontade criativa, julgadora e redentora constitui a sua dinâmica essencial. *The Christian Response to the Asian Revolution* SCM Press, Londres, 1966, p. 27)

Pouco depois, na consulta de Kandy (Sri Lanka) em 1965, se reafirmou a necessidade de realizar uma teologia asiática. Na Conferência da EACC em Hong Kong, em 1966, se tenta sair do "ghetto isolated" das comunidades cristãs da Ásia. Mais tarde, a Conferência Asiática Ecumênica de Tóquio (1969) e a Conferência Panasiática de bispos católicos (novembro 1970) — culminando com a *All-Asia Consultation on Theological Education* em Manilha (março 1977) e o seminário "Theologizing in India" em Puna (outubro 1978) — nos mostram os sucessivos passos de uma imensa maturação teológica. A esses encontros deveríamos acrescentar ainda os Encontros de EATWOT em Sri Lanka e Delhi.

Dessa etapa desejamos mencionar um movimento teológico com criatividade e personalidade, nascido dos movimentos políticos dos anos 70 na Coreia do Sul: a *Minjung theology*. É uma "political hermeneutics of the Gospel" que afirma não ser "neither by the reigning ideology of Marxism nor by an imported theology of human rights or politics". (David Kwang-sun Suh, "Minjung Theology in Korea", in *Minjung Theology. People as the subjects of History*, CCA-ATC, Singapura, 1981, p.19). Mostra-se, assim, uma teologia política, nacionalista, antimarxista — o que se explica tendo em vista a proximida-

de da Coreia do Norte e um governo repressor violento como é o de Seul.

Diz-nos Kim Yong Bock, um dos inspiradores do movimento:

"Os *minjung* constituem a realidade permanente da história. Os reinos, as dinastias e os estados se levantam e caem. Os *minjung*, porém, permanecem como uma realidade concreta da história, experimentando as chegadas e as saídas dos poderes políticos (...) Os *minjung* transcendem as estruturas de poder que tentam controlá-los por meio de seus contos históricos. O poder tem sua base nos *minjung*." (Mesiah and Minjung", in *Ibid*; p. 185)

Minjung, a massa-povo que na América Latina se deve traduzir por "pueblo" — que não é idêntico a *Peuple* ou *People* — é um conceito fundamental da teologia do mesmo modo que o é da Teologia da Libertação na América Latina. Diz-se com profundidade:

"Os *minjung*, como sujeito histórico, transcendem a determinação sócio-econômica da história e revelam seus "contos" muito além das meras possibilidades históricas no sentido de uma história nova ..." (*Ibid*; p.186)

Um dos problemas é deixar tudo ao nível do "relato", das "estórias", de uma teologia pedagógica da linguagem. Talvez falte acrescentar uma teologia do trabalho, da exploração e repressão econômica política do *minjung*, para escapar à crítica do populismo (que é certamente a tentação permanente da "minjung theology" e que se deixa ver por sua ambígua posição ante o marxismo).

c) Teologia da Libertação Asiática

— Em todos os países da Ásia, mas principalmente nas Filipinas e na Índia, surgiram Teologias da Libertação dentro do contexto nacional ou regional. Tanto na Índia como nas Filipinas, a presença de uma forte burguesia nacional dominadora (no primeiro caso) e a repressão interna (com Marcos) deram maior possibilidade a uma teologia crítica.

Carlos Abesamis, por exemplo, coordenador do Departamento de Justiça e Paz na ordem nacional, é um teólogo da libertação. Emérito Nacpiti, igualmente, é nas Filipinas um dos iniciadores do movimento.

Na Índia, a formação teológica e a experiência místico-espiritual de um Samuel Rayan, professor e militante em Délhi, mostram que, se podemos criticar o hinduísmo por suas castas, não menos devemos criticar a Igreja católica por seu hierarquismo exagerado e fora de época. Em diálogo com o pensamento marxista, não pode ser esquecido o teólogo Sebastián Kappen, diretor do Centro de Reconstrução Social. Na Igreja de Kerala, ortodoxa síria, Geevarghese Mar Osthathios é muito conhecido por seus compromissos com os oprimidos e por sua teologia que parte de uma sociedade estratificada em classes.

Em relação ao tema da mulher na Indonésia, Henriette M. Katoppo começou a desenvolver uma teologia feminista da libertação.

Em Sri Lanka, Aloysius Pieris dialoga com o pensamento budista. Em Taiwan, Peter Lee explica uma teologia da libertação explicitamente. Embora japonês de origem, Kosuke Kayama, depois de longa experiência na Tailândia, explica uma teologia junto ao povo oprimido. Junto aos estudantes de esquerda, Takao Toshikazu critica teologicamente o capitalismo.

Desejamos, por último, referir-nos à obra de Tissa Balasuriya, *Planetary Theology* (Orbis, NY, 1948), que nos propõe uma reflexão a partir da Ásia e, particularmente, a partir de Sri Lanka. A obra, ao empregar tantos números, pode ser acusada de não passar de uma ingênua sociografia; os exegetas podem encontrar ambigüidades ou interpretações ligeiras. Mas é um livro ambicioso, fruto de um movimento dos teólogos do Terceiro Mundo, visto numa perspectiva mundial, a partir de um pequeno palmo periférico suficientemente pequeno para ver o largo mun-



do. Em Colombo, eu assisti a uma missa do dia do operário, em que o casulo e a estola do celebrante (e do próprio bispo) tinham bordados a foice e o martelo (os símbolos do Partido Comunista): Será que estando tão distantes de Roma esses católicos estão mais perto da pobreza do povo asiático?

Começa a obra de Tissa com uma vigorosa crítica à "teologia tradicional" (p.2-10), fundando a possibilidade das "teologias contextuais" (p.10ss). Desde a nação e a história universal, a classe social, os grupos étnicos e raciais, a mulher e a cultura — e os seus momentos sociais e religiosos —, tudo pode ser "teologizado". Cada um desses parâmetros pode permitir um nível de reflexão teológica, de dominação do pecado, de libertação. Em três capítulos (2, 3 e 4) se ocupa do "sistema mundial". Ressalta uma Ásia com 20,2% do território mundial e com

aproximadamente 56,1% da população mundial; as nações capitalistas ricas compreendem 18% da população mundial e 65% do Produto Bruto Mundial enquanto a Ásia detém somente 10,9% da riqueza mundial. Entretanto, a dominação econômica sobrepõe-se a dominação cultural (p.41ss). Uma nova ordem mundial exige novas estratégias (cap. 5). a religião entra em tudo isso como um fator de importância (cap. 6) e, nesse contexto, as Igrejas cristãs (cap. 7) abordando temas tais como: "cristianismo e colonialismo", "cristianismo e capitalismo" e "desvios teológicos do cristianismo". Assim:

"Ao encontrar-se como pioneiro do capitalismo ocidental, o cristianismo foi violado no seu entendimento das Escrituras e de Jesus Cristo. As prioridades do Reino de Deus foram postas de lado por negligência. A eclesiologia

foi levada ao tom do triunfalismo em vez do serviço evangélico. A teologia tornou-se cada mais defensiva..." (p. 126).

Por tudo isso, "o desafio da Ásia para a Cristandade" é uma chamada às igrejas para uma conversão radical, uma "conversão à libertação", uma inversão na história das missões. Agora é a periferia que evangelizará o centro da Cristandade:

"Hoje em dia as periferias estão provocando mudanças nos centros. Muitas vezes, missionários que regressam da América Latina, da Ásia e África é que desafiam as Igrejas centrais, suas agências e instituições. Este fenômeno se parece com o impacto de Paulo e Barnabé sobre o Concílio de Jerusalém, no tocante à prática da circuncisão dos conversos gentios (At 15). Para que haja impacto nesse sentido, se requer o diálogo entre as periferias e os centros eclesiais, e os centros devem estar dispostos a ser influenciados pelo que ouvirem" (p. 217).

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Lembro-me de quando, em 1975, nos reunimos com F. Houtart e Lourusami Bimiwenyl Kweshi, em Lovaina, e falamos sobre a possibilidade de iniciar-se um diálogo entre os teólogos do Terceiro Mundo. Daí nasceu a Associação Ecumênica dos Teólogos do Terceiro Mundo que tanto deve a Sergio Torres (chileno exilado em Nova Iorque nessa época). Desses encontros nasceu uma mística. Ficamos conhecendo melhor nossas teologias. A Teologia da Libertação pôde ser repensada em outros contextos da África e Ásia, mas como muitas dessas realidades são análogas cresceu e estendeu-se. A crise das críticas lançadas contra a nossa Teologia pela Congregação da Doutrina da Fé (cujo prefeito foi meu professor em Münster, em 1962 e 1963), deu-lhe ainda mais vigor e expansão. Encontrava-me eu na Índia em 1984 e pude comprovar o impacto e a desaprovação da medida tomada pela "instrução". Mas "Deus escreve direito por linhas tortas" ...

(México, Cencos, 3 (27): 28-33 março, 1986.)

Enrique Dussel é filósofo e teólogo. Argentino de nascimento, reside atualmente no México. Autor de "Caminhos da Libertação Latino-Americana" (Edições Paulinas - 4 vols.), "Para uma Ética da Libertação Latino-Americana" (Loyola/Unimep - 5 vols.) e "Filosofia da Libertação" (Loyola).

LANÇAMENTO

DOSSIÊ CONSTITUINTE

- A Constituinte de 1986: Construção da Democracia no Brasil.
- Documentos do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte.
- Os atores políticos no processo constituinte.
- Constituinte e Democracia Participativa.
- Movimento Constituinte Fluminense.
- A experiência constituinte de Vila Velha - Espírito Santo.
- Guarulhos ensina ao Brasil como se faz uma Constituinte Popular.
- Constituinte, Constituição! E agora?
- 20 textos inéditos e uma vasta cobertura da Imprensa.



Faça seu pedido em cheque nominal para o
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP.

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador urbano 1981.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 10,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 10,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular.....	Cz\$ 20,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 30,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).

Jovens se solidarizam com o movimento de libertação

Cerca de 70 jovens do mundo inteiro participaram da reunião ecumênica internacional realizada em Harare, capital do Zimbábue, de 1º a 5 de julho e expressaram sua "compreensão total sobre a luta armada do movimento de libertação contra o regime ilegítimo de **apartheid** na África do Sul". A reunião foi organizada pelo Conselho Sul-Africano de Igrejas e pelo Conselho Mundial de Igrejas em seguimento à reunião de líderes de igrejas realizada na mesma cidade em dezembro último.

No final da reunião foi distribuído um manifesto contendo uma "mensagem à juventude do mundo". Nele é mencionado o fato de que dois delegados não puderam participar da reunião por proibição das autoridades sul-africanas. O jovem Edwin Arrison, 21 anos, que preside a Juventude Intereclesiástica e trabalha para o Movimento de Ação Ecumênica (ambos com sede na Cidade do Cabo), foi preso no dia 30 de junho, no aeroporto de Johannesburg. Ele já havia passado pela alfândega e se encontrava no ônibus que o levaria ao avião juntamente com outros membros da delegação. Outro delegado que não viajou foi o vice-bispo luterano Zephania Kameeta, da Namíbia, porque as autoridades lhe negaram os documentos de viagem. Esses fatos foram condenados pelo manifesto, que ainda expressou a preocupação dos participantes com os delegados da África do Sul e Namíbia que participaram da reunião por "estarem sujeitos à prisão imediata" ao regressarem aos seus países.

O manifesto ainda destaca estes pontos:

- Renova o "compromisso de trabalhar pela destruição total do **apartheid**", em obediência "ao comando de Deus".

- Compartilha a responsabilidade pelo que está ocorrendo na África do Sul e Namíbia. Os participantes se declaram "indignados com a ditadura que ora exerce terrível poder sobre povos indefesos" e que farão "campanhas em todos os níveis" para acabar com esse sistema.

- Pede a "implementação imediata" da Resolução n.º 435 da Onu sobre a independência da Namíbia.

- Pede "sanções obrigatórias e gerais contra o regime do **apartheid**" e expressa "indignação" contra os governos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão e "outros que ajudaram a construir o Estado do **apartheid**". E que "caso não decretem sanções obrigatórias e gerais, esses países terão que assumir a responsabi-

lidade pela inevitável escalada de derramamento de sangue".

- Endossa a posição do Movimento Não-Alinhado sobre o "isolamento do regime racista sul-africano".

- Expressa "apoio a todos os esforços que possam trazer libertação aos povos da Namíbia e África do Sul".

- Pede especial atenção aos ban-

fotos: Peter Williams/CMI



cos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Suíça que ajudam a África do Sul.

— Mostra preocupação com os exilados da África do Sul e Namíbia, e apoia o ministério aos refugiados promovido pelo Conselho Sul-Africano de Igrejas.

— Insta “os países imperialistas, especialmente os Estados Unidos” a cessarem seus esforços para acabar com “as lutas dos povos pela libertação na África do Sul e na Namíbia, e com a transformação social no sul da África”.

— Compromete-se a “aumentar a rede de informações” porquanto os regulamentos sul-africanos “impedem o acesso aos sofrimentos diários e às vítimas da repressão”.

— Clama pela “libertação de todos os prisioneiros políticos, a legalização dos movimentos populares de libertação e o retorno dos exilados”.

Na sua conclusão, a mensagem declara: “Nós afirmamos a fé do Cristo crucificado, e compartilhamos os propósitos redentores de Deus em Jesus Cristo. ‘Quando começarem a acontecer estas coisas, tomai ânimo e levantai a cabeça porque se aproxima a libertação (Lc 21, 28)’. Apoiamos a libertação de Deus através de nossos atos de libertação”.

(Ecumenical Press Service — Tradução: Jaime Wright)

Délcio: perde-se um companheiro

Com a morte de Délcio Hilton da Silva Campante (14 de julho), o movimento ecumênico perdeu um de seus grandes incentivadores e lutadores. Ele foi um dos pioneiros do nosso Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e, por muitos anos, um de seus diretores.

Na Igreja Metodista ocupou, com bastante fidelidade e dedicação, diversos cargos de destaque apesar de, como seminarista da Faculdade de Teologia, ter sido vítima da prepotência que o desligou em 1968. Não deixou a sua Igreja. Prosseguiu na luta pelos seus ideais e veio a ocupar até o cargo de presidente do Conselho Superior da mesma Faculdade de que antes fora expulso. Exerceu ainda o pastorado numa pequena igreja de subúrbio do Rio de Janeiro, na qual foi amado pela sua dedicação e compreensão com as lutas dos pobres e oprimidos.

Um extraordinário talento musical era uma de suas virtudes. Excelente organista e regente de coro. O seu trabalho ultrapassou os próprios limites de sua Igreja Nacional.

Fez o Curso de Letras e formou-se professor de Português. Defendeu tese de mestrado na Fundação Getúlio Vargas com monografia sobre o Instituto Central do Povo, instituição metodista que tem se dedicado, na faixa da educação e ação social, a setores pobres de uma favela e também a trabalhadores do cais do porto. No momento em que o perdemos, era diretor das Faculdades Bennett na função de orientador pedagógico.

Pessoa de espírito aberto, ecumênico de convicção e prática, sempre esteve presente nas lutas pelas justiça no que era acompanhado de perto por sua esposa, que foi secretária do CEDI por muitos anos. Ela e dois filhos passam agora pela experiência amarga da ausência do esposo e pai que perderam com apenas trinta e oito anos de idade.

Nós, companheiros e companheiras do Délcio, queremos, com sua morte, renovar os nossos compromissos comuns, e, influenciados por sua vida, reafirmar a nossa determinação de continuar no trabalho que ele tanto ajudou a construir.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cz\$ 20,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves).Cz\$	20,00
Poetas do Araguaia.....Cz\$	20,00
Batismo Eucaristia Ministério.....Cz\$	15,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)....Cz\$	15,00
Protestantismo e Política.....Cz\$	10,00
Ideologia e Fé (André Dumas).....Cz\$	10,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador.....Cz\$	10,00
Chamados a dar testemunho hoje.....Cz\$	10,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo.....Cz\$	25,00
De Dentro do Furacão (Richard Shaull).....Cz\$	30,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.



A igreja e a questão agrária

Neide Esterci

O livro reúne 16 textos, dos quais quase todos reproduzem exposições feitas por ocasião de um amplo seminário sobre o tema, realizado no Rio de Janeiro em 1983. Ao introduzir os textos, a organizadora procura dar conta do essencial do debate travado entre os expositores e uma platéia de cerca de 50 pessoas ligadas a entidades e organismos sindicais e de Igreja. Entre os expositores, um bispo, padres, assessores e cientistas sociais.

A relação entre o movimento sindical de trabalhadores rurais e a ação da Igreja no campo permeia toda a discussão. No passado, a posição anticomunista e reacionária da Igreja, uma posição institucional que, em termos de efeitos, preponderou sobre as práticas e posições setoriais da mesma Igreja colocadas à esquerda; no presente, uma corrente que, a partir de espaços organizativos de Igreja, se torna cada vez mais independente, assume contornos próprios e defende posições consideradas à esquerda daquelas defendidas pela corrente sindical majoritária.

No final da década de 1970, ao delinear-se uma nova conjuntura em nível nacional, grupos e forças que até então se abrigavam sob o guarda-chuva da Igreja começaram a reassumir sua identidade. As divergências passaram a ser explicitadas e romperam-se algumas alianças vigentes no período de repressão, o que provocou inquietações no plano da ação política entre os mediadores do movimento social no campo. Os primeiros momentos foram de embate surdo, e o confronto de posições ficou restrito aos diretamene envolvidos. Agora, arejada a cena política, e sem que as esquerdas possam se furtar a entendimentos, iniciativas como a deste livro-seminário abrem melhores perspectivas de compreensão das questões postas, na medida em que retiram o confronto dos espaços estritamente políticos, onde predominam a disputa de posições e as formulações acusatórias.

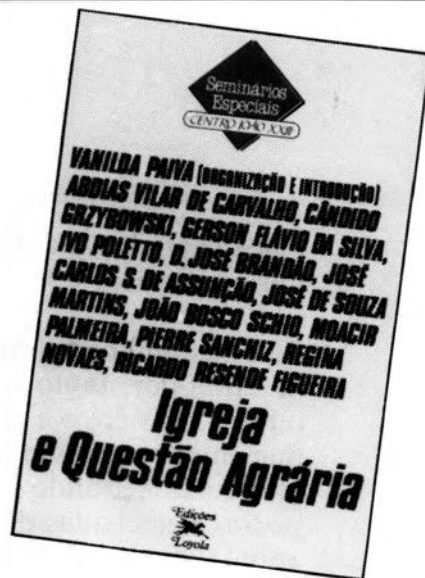
Trata-se primeiro de refletir sobre a própria história da formação do movimento sindical rural no Brasil. Como interpretar o movimento político, a busca persistente de unidade interna, a chamada via legalista, adotados pelas lideranças do movimento no período de resistência? Como avaliar o sal-

do organizativo resultante dessa estratégia? Como, de um ponto de vista centrado no movimento sindical, se podem avaliar os efeitos das posições assumidas pela Igreja em face da história das lutas camponesas? Que distingue ou aproxima as formas de percepção política das lideranças formadas nos espaços de Igreja daquelas formadas dentro do movimento sindical?

Outro conjunto de questões trata da relação Igreja — Estado / classes sociais. Vários autores lidam com o tema, tentando periodizar a história da Igreja universal e a das Igrejas particulares, relacionando as bandeiras levantadas pela Igreja com as conjunturas diversas em que a instituição disputa espaço e poder político. No bojo dessas questões, uma inquietação fundamental se refere aos chamados setores progressistas: serão eles dotados de consistência tal que lhes permita sobreviver, uma vez chegado o que se caracteriza hoje como momento de "retração" da Igreja? Ou tenderão a se diluir em nome da unidade institucional, tornando-se cada vez mais refratários a quaisquer alianças com as esquerdas?

Por outro lado, alguns autores procuram pensar também a especificidade mediadora do movimento dos trabalhadores, entre outros. Em que consiste essa especificidade e que atributos diferenciais têm os espaços propiciados pela Igreja? Como os símbolos, o ritual, o discurso religioso e o carisma da hierarquia podem atuar no sentido de legitimar as reivindicações camponesas? Disputa a Igreja o espaço das entidades de classe dos trabalhadores? Há depoimentos sobre a formação e os processos de reorientação de organismos e movimentos tão importantes como a CPT, a ACR e o MER: que posições defendem e que contradições seus militantes tiveram que enfrentar no interior da própria Igreja? Os autores são todos comprometidos em suas práticas, e cada um a seu modo, com a luta dos trabalhadores, e, a partir de seu lugar de militância, é possível compreender, pelo menos em parte, as diferenças de interpretação que assumem. Embora seu discurso seja também, em muitos casos, forjado pela prática acadêmica ou pelo esforço de sistematização e conceituação, a força do engajamento, da formação e dos compromissos construídos transpõe, nas avaliações que fazem, no

A IGREJA E A QUESTÃO AGRÁRIA, Vanilda Paiva (org.), São Paulo, Edições Loyola, 1985, 279 pp.



peso relativo e no caráter que atribuem à atuação da Igreja. Isto não é mau, pelo contrário, é mais uma contribuição oferecida ao leitor, na medida em que lhe permite ter acesso ao perfil de um conjunto importante de mediadores.

É preciso estar atento, entretanto, para algumas tendências. Por exemplo, a partir de práticas exercidas fora da Igreja, constroem-se análises que enfatizam o caráter institucional e a intencionalidade do apego da Igreja a bandeiras sociais. Já os que atuam em espaços de Igreja quebram com facilidade o caráter institucional, trazem depoimentos vividos de enfrentamento de contradições internas e estão dispostos a valorizar os avanços obtidos sobre os blocos mais conservadores.

Em meio a estas tendências, as análises de caso datadas — que procuram captar como a atuação da Igreja repercute sobre o movimento dos trabalhadores em situações concretas, independentemente até do seu projeto a mais longo prazo — têm o valor de um complemento inestimável às análises institucionais e transistóricas. O livro de Vanilda Paiva garante ao leitor acesso aos dois tipos de enfoque.

Neide Esterci, é professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ e coordenadora do Programa Movimento Camponês / Igrejas do CEDI.

PELOS CAMINHOS DA AMÉRICA

Pelos caminhos da América
Latinoamérica!

Pelos caminhos da América,
há tanta dor, tanto pranto,
nuvens, mistérios e encantos,
que envolvem nosso caminhar
Há cruzeiros beirando a estrada,
pedras manchadas de sangue,
apontando como setas
que a liberdade é pra lá!...

Pelos caminhos da América,
há monumentos sem rosto!
Heróis pintados, mau gosto,
livros de história sem cor,
caveiras de ditadores
soldados tristes, calados,
com olhos esbugalhados
vendo avançar o Amor!

Pelos caminhos da América;
há mães gritando qual loucas.
Antes que fiquem tão roucas,
digam aonde acharão
seus filhos mortos, levados
na noite da tirania!
Mesmo que matem o dia,
elas jamais calarão!

Pelos caminhos da América,
no centro do Continente,
marcham punhados de gente
com a vitória na mão!
Nos mandam sonhos, cantigas,
em nome da liberdade.
Com o fuzil da verdade
combatem firme o dragão!

Pelos caminhos da América,
bandeiras de um novo tempo
vão semeando no vento
frases teimosas de Paz!
Lá, na mais alta montanha
há um pau d'arco florido:
um guerrilheiro querido
que foi buscar o amanhã!

Pelos caminhos da América,
há um índio tocando flauta,
recusando a velha pauta
que o sistema lhe impôs.
No violão, um menino,
e um negro toca tambores.
Há sobre a mesa umas flores
pra festa que vem depois!

Zé Vicente
(Crateús-CE)